

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	14
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	15
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	16
Demonstração de Valor Adicionado	17
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	40

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	87
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	23/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	04/05/2018	Ordinária		0,64210

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	18.939.959	16.952.092	14.174.359
1.01	Ativo Circulante	5.328.669	5.300.829	5.554.987
1.01.01	Disponibilidades	49.231	43.291	30.979
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.285.860	2.377.221	1.438.494
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	2.163.571	2.201.814	1.313.232
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	154.563	207.681	157.536
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-32.274	-32.274	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.228.121	519.520	1.042.155
1.01.03.01	Carteira Própria	1.123.912	414.160	800.704
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	100.257	105.360	220.109
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	3.952	0	21.342
1.01.04	Relações Interfinanceiras	232.692	247.391	391.799
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	995	1.839	984
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	231.673	245.460	390.727
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	24	92	88
1.01.06	Operações de Crédito	1.126.356	1.722.083	2.223.090
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	65.619	254.455	352.415
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.204.279	1.609.437	2.028.215
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-143.542	-141.809	-157.540
1.01.08	Outros Créditos	405.389	390.063	427.446
1.01.08.01	Carteira de Cambio	51.643	53.563	52.789
1.01.08.02	Rendas a Receber	78.584	71.665	133.464
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	0	79	219
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	49.470	44.167	39.707
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	452	1.319	325
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	14.848	15.084	14.406
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	188.236	164.987	169.117
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	238	70	32

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.01.08.09	Diversos	22.462	41.040	18.542
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-544	-1.911	-1.204
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	0	0	49
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.020	1.260	1.024
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.682	1.922	1.677
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-669	-669	-670
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	7	7	17
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.264.498	11.310.609	8.307.632
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	51.692	0	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.692	0	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	10.601.972	9.025.679	6.000.202
1.02.02.01	Carteira Própria	10.574.722	8.996.679	5.996.312
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	27.250	29.000	3.890
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.566.641	1.178.582	1.288.427
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	1.239	68.235	31.157
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.661.277	1.183.094	1.300.729
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-95.875	-72.747	-43.459
1.02.07	Outros Créditos	1.031.624	1.093.779	1.006.434
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	1.031.624	1.072.074	984.658
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	0	0	73
1.02.07.06	Títulos e Créditos a Receber	0	21.705	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	0	0	-2
1.03	Ativo Permanente	346.792	340.654	311.740
1.03.01	Investimentos	267	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358	-1.358

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.03.02	Imobilizado de Uso	152.170	165.676	166.017
1.03.02.01	Imóveis de Uso	63.174	62.466	61.326
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	191.787	198.924	199.372
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-150.820	-143.743	-142.710
1.03.04	Intangível	194.355	174.711	145.456
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	346.514	299.875	253.759
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-152.159	-125.164	-108.303

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	18.939.959	16.952.092	14.174.359
2.01	Passivo Circulante	11.702.679	10.009.430	7.696.583
2.01.01	Depósitos	3.513.163	3.214.441	2.528.151
2.01.01.01	Depósitos à Vista	892.977	704.225	663.835
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	574.052	518.266	501.247
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	36.984	22.631	12.531
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	2.009.150	1.969.319	1.350.538
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	100.024	105.001	220.010
2.01.02.01	Carteira Própria	100.024	105.001	220.010
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	243.308	440.253	377.676
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	243.308	440.253	377.676
2.01.04	Relações Interfinanceiras	855	754	39
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	855	754	39
2.01.05	Relações Interdependências	9.951	2.882	5.187
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	1.969	1.248	3.819
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	7.982	1.634	1.368
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	52.158	53.974	51.332
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	52.158	53.974	51.332
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	128.087	118.784	115.825
2.01.07.01	Tesouro Nacional	26.429	27.477	28.705
2.01.07.02	BNDES	62.047	52.128	46.612
2.01.07.04	Finame	39.542	39.066	40.365
2.01.07.05	Finep	69	113	143
2.01.09	Outras Obrigações	7.655.133	6.073.341	4.398.363
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	1.766	1.946	2.956
2.01.09.02	Carteira de Cambio	258	143	82
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	54.686	23.913	24.413
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	27.966	30.496	230.126

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	0	0	52
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	6.735.904	5.108.783	3.265.636
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	83.013	80.658	109.426
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	176.921	164.947	513.463
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	5.023	4.012	99
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	54.613	70.075	59.081
2.01.09.11	Cheques Administrativos	6.485	1.467	1.518
2.01.09.12	Credores Diversos	39.258	57.997	58.126
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	11	12
2.01.09.14	Passivos Atuariais	120.479	76.734	88.950
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	56.266	34.215	44.423
2.01.09.16	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	292.484	417.944	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.298.672	5.057.353	4.518.087
2.02.01	Depósitos	637.946	344.387	437.786
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	637.946	344.387	437.786
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	650.241	648.742	633.365
2.02.07.01	Tesouro Nacional	570	923	1.932
2.02.07.02	BNDES	551.762	514.819	465.360
2.02.07.04	Finame	97.389	132.115	164.804
2.02.07.05	Finep	520	885	1.269
2.02.09	Outras Obrigações	4.010.485	4.064.224	3.446.936
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	20.950	197.168	7.163
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	190.853	175.286	194.455
2.02.09.03	Passivos Atuariais	957.420	926.493	626.669
2.02.09.04	Diversas	1.841.263	1.765.278	1.618.650
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999	999.999
2.05	Patrimônio Líquido	1.938.608	1.885.309	1.959.689
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252	1.623.252

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	21.922	22.730	23.539
2.05.03.01	Ativos Próprios	21.922	22.730	23.539
2.05.04	Reservas de Lucro	971.800	903.687	856.998
2.05.04.01	Legal	129.685	124.231	121.006
2.05.04.02	Estatutária	842.115	779.456	735.992
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-680.619	-666.613	-546.353

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.303.185	1.421.049	1.611.744
3.01.01	Operações de Crédito	416.655	455.624	580.299
3.01.02	Res. Oper. Títulos e Valores Mobiliários	881.085	958.941	1.035.673
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	0	-2.671	-4.228
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	5.445	9.155	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-938.486	-962.018	-821.685
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-208.500	-267.747	-318.321
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-591.607	-474.218	-366.223
3.02.03	Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	-138.379	-220.053	-134.467
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-2.674
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	364.699	459.031	790.059
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-91.688	-78.461	-364.062
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	752.085	701.314	723.994
3.04.02	Despesas de Pessoal	-522.118	-543.022	-611.819
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-290.374	-273.803	-267.286
3.04.04	Despesas Tributárias	-99.953	-108.947	-112.559
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	968.726	921.556	774.156
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-900.054	-775.559	-870.548
3.05	Resultado Operacional	273.011	380.570	425.997
3.06	Resultado Não Operacional	948	18.391	9.282
3.06.01	Receitas	1.517	19.128	10.416
3.06.02	Despesas	-569	-737	-1.134
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	273.959	398.961	435.279
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-145.021	-331.401	-350.127
3.09	IR Diferido	-10.628	-688	50.251
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-9.232	-2.365	-4.721
3.10.01	Participações	-9.232	-2.365	-4.721
3.10.01.01	Participações Estatutárias no Lucro	-9.232	-2.365	-4.721

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	109.078	64.507	130.682
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,67935	2,17593	4,4081

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	109.078	64.507	130.682
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-13.197	-119.451	-55.606
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.230	-196.015	-94.105
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	1.471	1.470	1.470
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	-1.438	75.094	37.029
4.03	Resultado Abrangente do Período	95.881	-54.944	75.076

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.418.329	3.780.740	2.465.690
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	983.259	1.038.265	1.074.044
6.01.01.01	Lucro Líquido	109.078	64.507	130.682
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	50.306	38.101	34.549
6.01.01.05	Provisão p/ oper. crédito e outros créditos	138.384	220.102	161.585
6.01.01.06	Reversão de provisões p/ operações do FNO	0	0	-59.289
6.01.01.07	Reversão de provisões para operações de crédito	0	0	-26.354
6.01.01.08	Resultado com variação cambial	-1.495	-4.874	8.543
6.01.01.09	Ganhos de Capital	-283	-359	-434
6.01.01.10	Instrumentos de dívida elegíveis a capital - remuneração	0	0	44.422
6.01.01.11	Despesas de provisões p/ passivos contingentes	208.792	340.319	325.182
6.01.01.12	Despesas de provisões p/ riscos do FNO	414.760	401.126	502.075
6.01.01.13	Despesas de provisões p/ outros ativos	39.579	0	2.057
6.01.01.14	Reversão de prov. p/ outros créditos	-5	-49	-763
6.01.01.15	Reversão de outras provisões operacionais	-163.656	-20.967	0
6.01.01.16	Reversão de outras prov. operac.- Aplic.Dep.Interf.	0	0	-3.993
6.01.01.17	Reversão de provisão para desvalorização de TVM	0	-329	0
6.01.01.18	Baixa do Intangível	0	0	6.033
6.01.01.19	IR e CS Diferidos	10.629	688	-50.251
6.01.01.20	Despesas de outras provisões	177.170	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.435.070	2.742.475	1.391.646
6.01.02.01	(Aumento) em TVM p/ negociação	-19.137	262.077	220.908
6.01.02.02	Redução em outros val.e bens	240	-236	-90
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em aplicações interf. de liquidez	1.425	-50.144	-9.388
6.01.02.04	Redução em relações interf. interdependencias	21.869	142.817	-138.180
6.01.02.05	(Aumento)/Redução em operações crédito	76.222	392.567	111.041
6.01.02.06	Redução em outros créditos	2.095	-43.759	-101.559
6.01.02.09	Aumento em depósitos	592.281	592.892	-111.778

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.10	Aumento em obrigações empr.repasse	8.986	20.980	18.039
6.01.02.11	(Redução) em captações merc.aberto	-201.922	-52.433	225.653
6.01.02.12	(Redução)/Aumento em outras obrigações	1.105.388	1.310.175	1.343.499
6.01.02.13	IR e CS pagos	-152.377	167.539	-166.499
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.330.948	-2.814.909	-1.287.796
6.02.01	Redução em TVM disponíveis p/venda	1.083.922	1.580.653	1.966.656
6.02.02	(Aumento) em TVM mantidos até o vincto.	-76.185	-54.365	-698.269
6.02.05	Adição em imobilizado de uso	-10.225	-22.339	-28.020
6.02.06	Alienação do imobilizado de uso	1.027	702	1.362
6.02.07	Baixa do intangível	239	335	0
6.02.08	Aplicação do Intangível	-47.485	-45.713	-51.057
6.02.11	(Aumento) em TVM disponíveis para venda	-3.374.153	-4.362.353	-3.087.463
6.02.12	Redução em TVM mantidos até o vencimento	91.912	88.171	608.995
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-119.684	-64.937	-181.363
6.03.01	Juros s/ capital próprio pagos	-19.053	-18.784	-92.209
6.03.02	Instrumentos de dívida elegíveis a capital - pagos	-100.631	-46.153	-89.154
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.303	900.894	996.531
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.245.105	1.344.211	347.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.212.802	2.245.105	1.344.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	109.078	0	109.078
5.05	Destinações	0	0	0	68.113	-109.886	0	-41.773
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-41.773	0	-41.773
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	68.113	-68.113	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	68.113	-68.113	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-14.006	-14.006
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-8.747	-8.747
5.07.04	CVM 695	0	0	0	0	0	-5.259	-5.259
5.12	Outros	0	0	-808	0	808	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.470	0	1.470	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. de Reavaliação	0	0	662	0	-662	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	21.922	971.800	0	-680.619	1.938.608

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	64.507	0	64.507
5.05	Destinações	0	0	0	46.689	-65.316	0	-18.627
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-18.627	0	-18.627
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	46.689	-46.689	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	46.689	-46.689	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-120.260	-120.260
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	16.697	16.697
5.07.04	CVM 695	0	0	0	0	0	-136.957	-136.957
5.12	Outros	0	0	-809	0	809	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.470	0	1.470	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/ Res. de Reavaliação	0	0	661	0	-661	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	130.682	0	130.682
5.05	Destinações	0	0	0	92.755	-131.491	0	-38.736
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-38.736	0	-38.736
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	92.755	-92.755	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	92.755	-92.755	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-56.415	-56.415
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.639	1.639
5.07.04	cvm 695	0	0	0	0	0	-58.054	-58.054
5.12	Outros	0	0	-809	0	809	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.470	0	1.470	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. de Reavaliação	0	0	661	0	-661	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	2.886.565	2.842.257	2.984.709
7.01.01	Intermediação Financeira	1.303.185	1.421.049	1.611.744
7.01.02	Prestação de Serviços	752.085	701.314	723.994
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-138.379	-220.053	-134.467
7.01.04	Outras	969.674	939.947	783.438
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-800.107	-741.965	-687.218
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.125.696	-996.765	-1.089.381
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-39.859	-42.900	-43.751
7.03.02	Serviços de Terceiros	-185.783	-178.305	-175.082
7.03.04	Outros	-900.054	-775.560	-870.548
7.04	Valor Adicionado Bruto	960.762	1.103.527	1.208.110
7.05	Retenções	-50.306	-38.101	-34.549
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.306	-38.101	-34.549
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	910.456	1.065.426	1.173.561
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	910.456	1.065.426	1.173.561
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	910.456	1.065.426	1.173.561
7.09.01	Pessoal	443.753	450.345	521.320
7.09.01.01	Remuneração Direta	334.031	341.773	414.844
7.09.01.02	Benefícios	83.023	81.688	79.557
7.09.01.03	F.G.T.S.	26.699	26.884	26.919
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	343.198	536.078	507.655
7.09.02.01	Federais	334.673	527.784	499.915
7.09.02.02	Estaduais	39	22	63
7.09.02.03	Municipais	8.486	8.272	7.677
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.427	14.496	13.904
7.09.03.01	Aluguéis	14.427	14.496	13.904
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	109.078	64.507	130.682
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	41.773	18.627	38.736

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	67.305	45.880	91.946

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2018****1. APRESENTAÇÃO**

Em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao exercício de 2018.

O Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, atua com foco na promoção do desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Fundado em 09 de julho de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), sua atuação tinha por objetivo promover o desenvolvimento a partir de incentivos à exploração da borracha natural, em apoio às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1950, o BCB foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e passou a participar de forma mais abrangente do processo de desenvolvimento regional financiando todos os segmentos econômicos da Região, sendo que, a partir de 1966, assumiu a denominação de Banco da Amazônia.

Completando 76 anos de história, o Banco da Amazônia tem como missão “Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes” apoiando, prioritariamente, as atividades produtivas de menor porte, sobretudo aquelas desenvolvidas pelo segmento da agricultura de base familiar, além de valorizar o associativismo e cooperativismo de produção, as populações tradicionais da Região (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos). O Banco atua em consonância com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento sustentável da Região, atendendo, através de sua política de crédito com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte.

2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital do Banco da Amazônia é composto exclusivamente por ações ordinárias.

A União é a acionista majoritária, com participação de 96,4% no capital social, sendo 51,0% de forma direta e 45,4% de forma indireta. 3,6% das ações do Banco estão em livre circulação no mercado (*Free float*).

Participação acionária no Capital do Banco

ACIONISTA	31.12.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.574.057	96,4	28.604.757	96,5
Adm. Direta – Min. da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração Indireta	13.454.614	45,4	13.485.314	45,5
FI CAIXA FGEDUC	10.427.301	35,2	10.429.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	3.027.313	10,2	3.056.013	10,3
Demais	1.071.910	3,6	1.041.210	3,5
Total	29.645.967	100	29.645.967	100

3. PANORAMA ECONÔMICO

A economia mundial apontou crescimento robusto e desigual em 2018 destacando-se o comportamento positivo dos EUA que, mesmo com a elevação da taxa de juros, viu o desemprego atingir a mínima histórica e a inflação ficar dentro da meta de 2,0% estipulada pela autoridade monetária. Segundo estimativa do FMI, a economia chinesa deve registrar o crescimento de 6,6% e segue com o processo de mudança do seu modelo econômico baseado no investimento para o consumo e serviços ligados à alta tecnologia. Por outro lado, o crescimento da União Europeia arrefeceu-se, sendo o BREXIT um dos principais fatores.

No contexto interno, a paralisação dos caminhoneiros em maio, as incertezas do período eleitoral e o desequilíbrio fiscal foram relevantes para o elevado nível de ociosidade dos fatores de produção (capital e trabalho) da economia brasileira. No entanto, alguns indicadores setoriais tiveram comportamento positivo em 2018. O número de empregos aumentou e, consequentemente, reduziu a taxa de desemprego, na margem. A indústria brasileira cresceu 1,5% no acumulado de janeiro a novembro. O comércio varejista aumentou 2,2% no mesmo tipo de comparação. Outro ponto favorável e importante foi a queda da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano em 3,7%, bem abaixo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No âmbito regional, as economias dos estados da Amazônia Legal reproduziram o comportamento desafiador do cenário nacional instável. As vendas do comércio varejista aumentaram nos estados da Amazônia Legal, no acumulado em doze meses (outubro/2018), com a exceção do Amapá, enquanto a produção industrial cresceu 7,0% no Amazonas e 10,1% no Pará. Além disso, o saldo do comércio exterior amazônico aumentou cerca de 6,3% de janeiro a dezembro de 2018 no agregado, contra o mesmo período de 2017, destacando-se os crescimentos expressivos no saldo comercial do Maranhão, Acre e Tocantins.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2018



4. AÇÕES ESTRATÉGICAS – 2017 - 2021

O Plano Estratégico (PE) do Banco da Amazônia, ciclo 2017-21, reafirmou o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, através das novas Declarações Estratégicas – Missão, Visão e Valores institucionais.

A nova Missão destaca o papel do Banco de **Desenvolver uma Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes**. Enquanto que a Visão demonstra seu direcionamento estratégico na busca de **Ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos**, pautado por um conjunto de valores institucionais: **Integridade – Ética e Transparência; Meritocracia; Desenvolvimento sustentável; Valorização do cliente; Decisões técnicas e colegiadas; Eficiência e inovação; e Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos**.

Para o alcance dos sete objetivos estratégicos do PE ciclo 2017-21, os membros da Diretoria Executiva foram definidos como patrocinadores para cada um deles, assegurando-se o compromisso da alta governança com a execução do plano e o cumprimento da missão institucional. Os objetivos estratégicos e respectivos patrocinadores são os apresentados abaixo:



Além disso, o Banco avaliou a conjuntura econômica e as perspectivas do mercado e aprovou as Metas de Desempenho Empresarial para o período 2019-2021. Da mesma forma, aprovou seu Plano de Negócios 2019, que desenha a estratégia da área comercial para o alcance dos resultados financeiros almejados. O plano foi estruturado contemplando, dentre outros tópicos, o direcionamento estratégico para os macroprocessos finalísticos, a saber: Crédito, Clientes e Canais, Produtos e Serviços e Tesouraria.

Por fim, como forma de tornar público o compromisso institucional e a função social do Banco da Amazônia às diversas partes interessadas, foi elaborada a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, destacando a contribuição do Banco na execução de políticas públicas, bem como os impactos socioeconômicos gerados com a sua atuação na Região.

PERSPECTIVAS PARA 2019

O Banco da Amazônia tem como principal foco de atuação a concessão de crédito de longo prazo, direcionado para aplicações em atividades produtivas propulsoras do desenvolvimento regional. Nesse aspecto, prioriza o atendimento aos segmentos de menor porte, seguindo as diretrizes e orientações das políticas públicas, bem como em atenção aos planos e programas do governo federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, integrando seus esforços, também, aos de atores da sociedade civil organizada, associações e representações dos segmentos produtivos.

Dentre as orientações, o Banco busca atuar em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa à redução das desigualdades intra e inter-regionais, o que se torna fundamental para promover, no Brasil, um desenvolvimento territorial mais equânime.

Alinhado às orientações do governo federal, para 2019, o Banco da Amazônia mantém a estratégia de disponibilizar, pelo menos, 51% dos recursos de financiamento do FNO, para empreendimentos produtivos de menor porte, particularmente agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais. Esses segmentos, tradicionalmente, são os que mais geram empregos e ocupações para a população local, auxiliando a criação de um círculo virtuoso de crescimento.

Nesse sentido, de modo a permitir a democratização do acesso ao crédito, o Banco manterá uma distribuição de recursos que salvguarde todos os segmentos produtivos de cada um dos estados da Região, respeitando a legislação vigente, a distribuição histórica das aplicações e somando forças com os governos estaduais para que a aplicação dos recursos disponíveis se efetive em sua plenitude.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2018



REALIZAÇÕES 2018

Em consonância com o Plano Estratégico, foram iniciados e continuados, em 2018, importantes **Projetos Corporativos**, dos quais destacamos os principais:

Projeto eSocial: tem por objetivo atender ao decreto 8.373, de 11/12/2014, que visa a unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos empregados. Encontra-se em execução a implantação do sistema Nexa (Saúde e Segurança do Trabalhador).

Novo Modelo de Gestão de Pessoas: o projeto visa obter, através da reestruturação do sistema de Gestão de Pessoas, o perfeito alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas do Banco. A implantação de solução tecnológica a qual suportará os processos de RH está em fase de conclusão.

Projeto Centralização do Crédito: atendendo a estratégia de rentabilidade, o projeto tem como objetivo implantar modelo para centralização de análise, acompanhamento e recuperação de crédito. As implantações das centrais previstas no projeto foram concluídas em Novembro/2018, quais sejam: Acre, PA I / PA II, MT / MA, TO / PA III e RO / AM. O desempenho das centrais implantadas continuará a ser acompanhado pelas áreas envolvidas.

Projeto para Desligamento do Mainframe: o projeto tem por objetivo garantir que os sistemas do Banco, tanto departamentais quanto corporativos, estejam sobre uma nova plataforma moderna, atualizada e menos custosa, que permita a incorporação de novos recursos, facilitando sua operacionalidade e as manutenções evolutivas, bem como integração com outros sistemas. Já foi efetivada a desativação de vários sistemas satélites. Estão em execução ações necessárias para desativação do sistema CONTROPER, pacote de trabalho com maior nível de complexidade.

Projeto GED: tem por objetivo implantar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, a fim de garantir maior celeridade e segurança nos processos de crédito. O projeto está em andamento, com as ações necessárias para implantação da ferramenta de *workflow*, captura e repositório de documentos em fase de homologação.

Projeto “Novo Modelo de Provisionamento e Baixa de Operações à luz do IFRS 9”: tem por objetivo implantar e implementar os preceitos do IFRS 9, em atendimento aos Editais de Consulta Pública nº 54/2017, nº 60/2018, nº 67/2018, que dispõem sobre mudanças em diferentes critérios contábeis.

Projeto Modelo de Custos: vinculado à melhoria da Gestão e Governança no Banco, o projeto objetiva implantar modelo de gestão de custos adequado às necessidades do Banco e auxiliará no desenvolvimento e implantação do modelo. Concluída a Parte I do projeto, que contempla as fases de: “Nivelamento de Conhecimento e Planejamento”; “Diagnóstico”; “Desenvolvimento de Modelo de Custos”; “Indicação de solução tecnológica para suportar o modelo”; “Elaboração de plano para implantação do modelo de custos desenvolvido”; e, “Implantação do Modelo de Custos nos processos piloto (FNO e Crédito Comercial)”.

Projeto para implantação da política de segurança da informação e comunicação: tem por objetivo implementar as diretrizes e controles de Segurança da Informação e Comunicação no Banco da Amazônia, na forma prevista na Política e Controles de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC).

Projeto Centralização do Cadastro: tem por objetivo a centralização das etapas de verificação, validação, complementação e renovação do processo de cadastro dos clientes. O projeto está em execução, com a criação de cronograma de ações para viabilizar a implantação da Central, o qual contempla a automatização de alguns processos, planejamento da estrutura organizacional da Central, realização de treinamentos, entre outros.

Programa Transformação Digital: O programa contempla iniciativas voltadas para a implantação de novas tecnologias com o objetivo de modernizar processos e melhorar a eficiência operacional. Em dezembro/2018 foram concluídas as demandas “Implementação de Estrutura para o MPO Digital” e “Implantação de Melhorias nos Canais Remotos – Grupo I”. A implantação de Plataforma WebProjetista e o planejamento do Grupo II de demandas referentes a implantação de melhorias nos canais remotos, estão em execução.

PROGRAMA SUPERA MAIS 2018

O Programa Supera Mais, criado pela Administração do Banco em 2015, é um instrumento interno de gestão utilizado para avaliar o desempenho das unidades de negócios para a conquista dos objetivos estratégicos.

Em 2018, o programa apresentou melhorias, como a mudança das perspectivas, que foram consolidadas em duas: “Mais Resultado” e “Mais Eficiência”, contendo, cada uma, seus indicadores que serviram para acompanhamento e avaliação dos objetivos alcançados por cada unidade.

Dentro dos avanços do programa Supera Mais, destacamos a criação de novos indicadores, como: Receita de Seguridade, que medirá o volume de receitas provenientes da comercialização dos produtos de capitalização e seguros bancários; e o da Inadimplência Geral, que mensurará a inadimplência do Crédito Comercial e de Fomento, considerando o saldo total das operações com valores vencidos acima de 90 dias, sobre o saldo devedor total da carteira de Crédito Comercial e Crédito de Fomento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

O resultado alcançado em 2018 foi o seguinte:

Em Mil						
PERSPECTIVAS / INDICADORES	Unid.	2018		2017		Variação
Mais Resultado		%	Realizado	%	Realizado	%
Recuperação de Crédito	R\$	133,95	196.763	179,00	293.327	-32,92
Receita de Seguridade	R\$	62,27	12.453	-	-	-
Crédito Comercial	R\$	62,68	1.253.519	73,70	1.148.600	9,13
Resultado Gerencial	R\$	73,33	109.078	39,70	63.437	71,95
Crédito Fomento - Liberado	R\$	94,91	4.270.980	76,92	3.276.806	30,34
Crédito Fomento - Contratado	R\$	108,31	5.090.340	71,49	3.288.588	54,79
Captação de Recursos	R\$	96,49	3.617.113	90,23	3.428.000	5,52
Receita de Tarifas	R\$	89,22	142.760	82,17	105.587	35,21
Mais Eficiência	Unid.	%	Realizado	%	Realizado	%
Apoio aos Pequenos Portes	R\$	111,87	2.718.558	76,04	1.919.400	41,64
Atualização Cadastral - Clientes Permanentes	Índice	90,61	81,55	85,50	76,95	5,98
Índice de Cobertura de Despesa de Provisão	Índice	56,03	49,97	49,97	49,71	0,52
Índice de Qualidade de Carteira (IQC)	Índice	85,20	6,39	88,53	6,64	-3,77
Treinamento e Certificações Obrigatórias	Índice	103,33	93,00	63,76	57,38	62,08
Nível de Inadimplência Geral	Índice	95,70	3,95	-	-	-

Fonte: Nsisard

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em mil				
	BANCO DA AMAZÔNIA		FNO	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
A T I V O	18.939.959	16.952.092	28.402.983	25.818.051
Disponibilidades	49.231	43.291	6.584.761	4.937.995
Aplicações Interfinanceiras, TVM e Inst. Financ. e Derivativos	14.167.645	11.922.420	-	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	245.261	259.960	6.009	6.839
Operações de Crédito	2.692.997	2.900.665	21.781.485	20.842.028
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.438.033	1.485.102	30.728	31.189
Permanente	346.792	340.654	-	-
PASSIVO	18.939.959	16.952.092	28.402.983	25.818.051
Depósitos	4.151.109	3.558.828	-	-
Captações no Mercado Aberto e Rec. Letras Imob. e Hipot. Deb.	343.332	545.254	-	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	10.806	3.636	-	-
Obrigações por Empréstimo e Repasses	830.486	821.500	-	-
Outras Obrigações	11.665.618	10.137.565	51.610	47.142
Patrimônio Líquido	1.938.608	1.885.309	28.351.373	25.770.909

ATIVOS TOTAIS

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2018 apresentando crescimento de 11,7% nos Ativos Totais, R\$18.939,9 milhões, em comparação ao ano de 2017 (R\$16.952,1 milhões), teve como maior incremento a carteira de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras permanecendo como o itens de maior participação no grupo contábil, 74,8%, R\$14.167,6 milhões (70,3% em 2017, R\$ 11.922,4 milhões).

Os Ativos Totais estão representados, na sua maioria, pelas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Operações de Crédito que, juntos, totalizam 89,02% (87,4% em 2017). A carteira de crédito do Banco representa 14,2% dos ativos totais (17,1% em 2017), estando segregada em aplicação de fomento e comercial.

A elevação das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez foi motivada pelas aplicações no mercado aberto das Notas do Tesouro Nacional (NTN). Quanto ao crescimento de Títulos e Valores Mobiliários, o aumento de 23,9%, foi devido ao incremento em títulos públicos, especificamente, as Letras Financeiras do Tesouro, que encerrou o exercício com o montante de R\$11.698,6 milhões (R\$9.410,8 milhões em 2017).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

A Carteira de Operações de Crédito bruta, no total de R\$2.981,1 milhões, participa com 15,7% dos ativos totais. A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa registrou aumento de 10,8% quando comparado ao exercício de 2017.

Considerando o papel do Banco de indutor financeiro do desenvolvimento regional, tendo como principal fonte de recurso o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), torna-se necessária uma abordagem específica sobre o desempenho dessa carteira, haja vista que as operações de crédito lastreadas com o FNO não se encontram registradas no ativo do Banco, em função da legislação vigente.

Nesse contexto, os ativos totais do FNO apresentaram aumento de 10,0% em relação a 2017, motivado pela elevação de 33,3% da disponibilidade do FNO e de 2,9% da carteira de crédito, sendo a maior parte da carteira de crédito composta por operações com risco compartilhado, representando 97,0%, e um crescimento de 9,5%, enquanto que o risco integral do Fundo que corresponde a 3,0% da carteira apresentou redução de 2,9% no mesmo período.

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

A carteira TVM está composta por com 84,0% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e 16,0% por títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros, debêntures e outros).

Ao final do exercício de 2018, a carteira alcançou o montante de R\$11.830,1 milhões, aumento de 23,9% quando comparado ao exercício de 2017 (R\$9.545,2 milhões).

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$722,9 milhões, classificados na categoria “Títulos mantidos Até o Vencimento”, por possuir capacidade financeira para tanto.

Ao longo de 2018, não houve a realização de operações com instrumentos derivativos (contratos futuros de juros), mantendo-se o perfil conservador de alocações de recursos da Instituição.

Outros Créditos

A maior participação nesse grupo está representada pelos Créditos Tributários que são constituídos, principalmente, por despesas com provisões não dedutíveis temporariamente, de acordo com o art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. A realização desses créditos se dará quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões para as quais foram constituídas.

No exercício, foi baixado do crédito tributário ativado o montante R\$458,2 milhões enquanto que as adições importaram em R\$441,0 milhões.

PASSIVOS TOTAIS**Captação de Recursos (depósitos, compromissadas e repasses)**

Os depósitos apresentaram crescimento de 16,6%, comparado a 2017, sendo motivado pelos depósitos especiais e depósitos a vista.

As obrigações por repasses tiveram leve crescimento de 1,1%, passando de R\$767,5 milhões no exercício de 2017 para R\$778,3 milhões em 2018. São linhas de crédito do BNDES, FINAME e FDA, disponibilizadas especialmente para os estados não contemplados com o FNO.

Outras Obrigações

O motivador do crescimento de 15,1% em Outras Obrigações foi o subgrupo Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, com destaque para a Disponibilidade do FNO que cresceu 33,1%, quando comparado ao ano anterior.

A disponibilidade do FNO refere-se aos recursos internalizados no Banco ainda não aplicados em operações de crédito e é composto por repasses do Tesouro Nacional (STN) ao Banco, por amortizações e recuperações em espécie das operações de crédito. Este recurso é remunerado à taxa extramercado, sendo esse encargo registrado na rubrica “Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”. O exercício encerrou com o montante de R\$6.618,2 milhões em 2018 (R\$4.938,0 milhões em 2017), referente à rubrica de Disponibilidade do FNO.

Os Passivos Atuariais encerraram o exercício registrando aumento de 7,4% (R\$1.077,9 milhões em 2018 e R\$1.003,2 milhões em 2017). Essa conta contempla os planos: BD, Misto, Assistidos de responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde. A elevação foi motivada pelo ajuste nas respectivas provisões, após cálculo atuarial que ocorre trimestralmente.

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$1.938,6 milhões, superior 2,8% em relação a 2017 (R\$1.885,3 milhões).

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2018 encerrou com índice de 13,4% (14,5% em 2017).

RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Em mil	
	Exercício 2018	Exercício 2017
Receitas da Intermediação Financeira	1.303.185	1.421.049
Despesas da Intermediação Financeira	(938.486)	(962.018)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	364.699	459.031
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(91.688)	(78.461)
Resultado Operacional	273.011	380.570
Resultado Não Operacional	948	18.391
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	273.959	398.961
Imposto de Renda e Contribuição Social	(155.649)	(332.089)
Participações Estatutárias no Lucro	(9.232)	(2.365)
Lucro Líquido	109.078	64.507

Receitas da Intermediação Financeira

O resultado das rendas das operações de crédito decresceu 14,3%, encerrando o exercício de 2018 com R\$367,6 milhões (R\$433,2 milhões em 2017), impactado pela redução do volume de aplicação na carteira comercial e de fomento.

Em 2018, o resultado com títulos e valores mobiliários atingiu R\$881,1 milhões (R\$958,9 milhões em 2017), resultando em uma queda de 8,1%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$719,7 milhões (R\$794,4 milhões em 2017), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$161,4 milhões (R\$164,6 milhões em 2017).

As operações com TVM permanecem representando as maiores receitas da intermediação financeira, alcançando no exercício 67,6% de participação nessas receitas (em 2017 representou 67,5%).

Despesas da Intermediação Financeira

Estas despesas apresentaram decréscimo de 2,5% motivado, principalmente, pela redução de 37,2% na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

As despesas com operações de Empréstimos e Repasses é o item de maior participação no grupo de despesa da Intermediação Financeira, com 63,0%. Em 2018, a elevação de 24,8%, foi derivada principalmente pelo pagamento ao Tesouro Nacional do montante de R\$65,5 milhões, referente a remuneração do Instrumento Elegível a Capital Principal (IECP), remanescente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 conforme processo de conciliação que ocorreu tendo como mediadora a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia Geral da União.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**Receitas de Prestação de Serviços**

As receitas de prestação de serviços (com tarifas bancárias) apresentaram crescimento de 7,2% (R\$50.771 milhões). Foram impactadas, principalmente, pelas rendas de administração de fundos (FNO) em razão do maior volume de repasses de recursos.

Outras Receitas Operacionais

As receitas operacionais apresentaram crescimento de 5,1%. Os principais impactos foram:

- ✓ Reclassificação contábil das rubricas de provisão ativos atuariais - Contrato TI (R\$21.6 milhões) e Provisão para apuração de responsabilidades (R\$13.6 milhões);
- ✓ Reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas no exercício de 2018, no valor de R\$110,9 milhões;
- ✓ Recuperação de operações do FNO – redução de 4 5,3%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018****DESPESAS**

A conta de Despesas de Pessoal vem decrescendo desde 2016, tendo como principal causa o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI. No exercício de 2018 reduziu 3,9%, passando de R\$543,0 milhões em 2017 para R\$522,1 milhões em 2018.

Em 2018, a conta de Despesas Administrativas apresentou crescimento de 6,1% quando comparado ao mesmo período de 2017. Os desembolsos com comunicação, processamento de dados, e amortização foram os itens que apresentaram elevação.

O registro das doações aos Fundos dos Direitos dos Idosos e Fundos das Crianças e Adolescentes, que totalizaram R\$1,8 milhões (Lei nº 12.213/2010 - Estatuto do Idoso; e Instrução Normativa SRF nº 267/2002 - Criança e Adolescente), contribuíram também para essa elevação. Vale registrar o benefício fiscal decorrente da ação, espelhado em rubrica específica.

A conta de Outras Despesas Operacionais apresentou elevação de 7,7%. As maiores participações para o aumento foram:

- Atualização monetária das parcelas securitizadas recebidas de clientes e repassadas posteriormente ao Tesouro;
- Reclassificação contábil das rubricas de provisão para grade de perdas e provisão dos títulos e créditos a receber – contrato PET migradas do passivo para o ativo como contas retificadoras;
- Elevação da despesa de provisão do FNO (risco compartilhado), encerrando o exercício 2018 com R\$414,8 milhões de PCLD-FNO (R\$401,1 milhões em 2017).

Imposto de Renda e Contribuição Social

As atividades do Banco, do exercício de 2018, geraram uma arrecadação para a União, na forma de imposto de renda e contribuição social, de R\$145,7 milhões (331,4 milhões em 2017). Desse total, já foram antecipados R\$147,6 milhões.

Lucro Líquido

O Banco da Amazônia apresentou lucro líquido de R\$109,1 milhões, no exercício de 2018 (R\$64,5 milhões em 2017). Isso permitiu uma distribuição de:

- ✓ **Juros Sobre Capital Próprio (JCP)** – R\$41,8 milhões correspondendo a 40% do lucro líquido ajustado (R\$18,6 milhões em 2017, correspondendo a 30% do lucro líquido ajustado);
- ✓ **Participação nos lucros (empregados e administradores)** - R\$9,2 milhões (R\$2,4 milhões em 2017);
- ✓ **Reservas de Lucros (Legal e Estatutária)** – R\$68,2 milhões (R\$46,7 milhões em 2017).

CRÉDITO - FOMENTO**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001. É administrado pelo Banco da Amazônia que tem a missão de contribuir com a redução das desigualdades regionais. Os recursos do Fundo, administrados pelo Banco, constituem-se como instrumentos estratégicos em períodos de dificuldades econômicas, pois têm a função de resolver falhas de mercado do sistema financeiro, gerar demanda por financiamento para o crescimento de setores chaves da economia regional.

O Banco da Amazônia, na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, tem como premissa em sua atuação, promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, através da utilização dos recursos de sua carteira de fomento, tendo como principal fonte o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Os financiamentos concedidos através das fontes de fomento utilizadas pelo Banco da Amazônia têm contribuído, decisivamente, para a criação de novas oportunidades de trabalho, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais, entre outros benefícios.

A atuação do Banco da Amazônia tem priorizado localidades com comprovada carência socioeconômica (municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda), fato que demonstra a preocupação da Instituição com a redução das desigualdades na Região. Entre as iniciativas de apoio ao desenvolvimento dos municípios mais carentes destaca-se a disseminação da estratégia denominada FNO Itinerante, caracterizada pela realização de seminários específicos em localidades com perfil de baixa e média renda. O público alvo do FNO Itinerante são os empresários em geral, principalmente micro e pequenos empreendedores, cooperativas, associações e sindicatos de produtores locais, empreendedores rurais, especialmente os mini e pequenos, bem como agricultores familiares.

No ano de 2018 foram contempladas com o evento “FNO Itinerante”, 42 localidades da Região Norte. O estado que apresentou maior número de eventos foi o Pará (42,8%) em relação ao total, seguido do Amazonas com participação de 35,7%.

O volume de crédito realizado nos eventos foi de R\$1,12 milhão e foram prospectados mais de R\$31,0 milhões. Aproximadamente 2.800 pessoas estiveram presentes nos seminários, interessadas em conhecer as linhas de crédito, bases e condições operacionais, assim como os benefícios da Lei 13.340/2016 para renegociação de dívidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

O FNO abrange os sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo 45,3% do território brasileiro. É operacionalizado através de seis programas de financiamento, que são:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO - Pronaf);
- Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO - Amazônia Sustentável);
- Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO - Biodiversidade);
- Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO - MPEI);
- Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO - ABC); e
- Programa de Financiamento Estudantil (FNO - FIES).

As diretrizes estratégicas do FNO priorizam os segmentos produtivos de menor porte; agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizem matérias primas e trabalho local; produção de alimentos básicos para consumo da população; e projetos sustentáveis.

Em 2018 o Fundo garantiu aos empreendedores da Região um aporte de R\$ 4.636,0 milhões, através de 16.161 operações (base dez/18) para investimentos em atividades produtivas que aquecem a economia, gerando emprego e renda na Região.

O resultado obtido em 2018 foi 58,6% maior em relação ao ano anterior, quando foram aplicados R\$ 2.905,9 milhões. Para o ano de 2019, foram estimados recursos da ordem de R\$9.311,9 milhões para investimentos na Região.

Liberação de Recursos

O volume de crédito de fomento liberado no exercício de 2018 somou um montante de R\$4.271,0 milhões, representando um aumento em 31% quando comparado a 2017(R\$3.270,4 milhões), o que corresponde a R\$1.000,6 milhões a mais em termos de liberação. Este desempenho deve-se principalmente ao aumento na aplicação do FNO, que apresentou volume financeiro liberado superior em R\$ 907 milhões.

O volume de crédito de FNO Liberado no acumulado do exercício de 2018 representou um valor de R\$3.817,1 milhões, apresentando variação positiva em 31,0% quando comparado com o ano de 2017(R\$3.041,9 milhões).

Contratação de Recursos

No ano de 2018, o crédito de fomento contratado, nas diversas fontes operadas pelo Banco, representou um montante de R\$5.352,4 milhões, obtendo um acréscimo de 62,3%, quando comparado ao mesmo período de 2017(R\$3.296,8 milhões), o que demonstra um aumento de R\$ 2.055,6 milhões em operações contratadas, em decorrência principalmente da elevação no nível de contratações do FNO, superior em R\$ 1.730,1 milhões. Destaca-se ainda, o incremento das contratações em BNDES, variando positivamente em 231,0%, correspondendo a R\$236,9 milhões contratados a mais em relação a 2017(R\$102,7 milhões), encerrando o ano de 2018 com R\$339,6 milhões).

O volume de crédito de FNO contratado no ano de 2018 representou um valor acumulado em R\$ 4.636,0 milhões evoluindo 59,5% quando comparado com o ano de 2017(R\$2.905,9 milhões). Distribuídos em:

FNO - Contratações por Setor Econômico						
SETOR ECONÔMICO	Exercício de 2018		Exercício de 2017		Varição Operações	Varição Valores
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	%	%
Rural	12.649	2.742.391.693	11.823	1.991.415.043	6,99	37,71
Industrial	153	361.223.482	194	138.865.955	-21,13	160,12
Infraestrutura	5	38.609.799	1	1.601.853	400	2310,32
Comércio e Serviços	2.716	1.456.253.191	2.363	699.958.345	14,94	108,05
Demais não rurais	638	37.548.313	1.069	74.077.043	-40,32	-49,31
TOTAL	16.161	4.636.026.478	15.450	2.905.918.239	4,6	59,54

Fonte: Sig/Controper-Base Dez/2018

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário						
PORTE	Exercício de 2018		Exercício de 2017		Varição Operações	Varição Valores
	Nº Op.	R\$ 1,00	Nº Op.	R\$ 1,00	%	%
Mini/micro	11.564	609.735.930	11.614	506.797.850	-0,43	20,31
Pequeno	3.589	1.408.509.828	3.146	831.562.029	14,08	69,38
Pequeno/Médio	484	617.042.681	384	463.848.056	26,04	33,03
Médio	378	937.798.913	228	608.691.381	65,79	54,07
Grande	146	1.062.939.126	78	495.018.923	87,18	114,73
TOTAL	16.161	4.636.026.478	15.450	2.905.918.239	4,6	59,54

Fonte: Sig/Controper-Base Dez/2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018****FNO - Contratações por Estado**

ESTADO	Exercício de 2018		Exercício 2017		Variação Valores
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%	%
Acre	198.875.148	4,29%	135.260.960	4,65%	47,03
Amapá	111.920.888	2,41%	19.425.077	0,67%	476,17
Amazonas	420.648.795	9,07%	149.847.926	5,16%	180,72
Pará	1.598.991.705	34,49%	1.161.637.542	39,97%	37,65
Rondônia	1.143.294.414	24,66%	704.725.303	24,25%	62,23
Roraima	57.636.655	1,24%	28.387.756	0,98%	103,03
Tocantins	1.104.658.873	23,83%	706.633.676	24,32%	56,33
TOTAL	4.636.026.478	100,00%	2.905.918.240	100,00%	59,54

Fonte: Sig/Controper-Base Dez/2018

FNO - Perspectivas para 2019

Em 2019, o Banco planeja operacionalizar os repasses de recursos do FNO para as instituições operadoras credenciadas, a fim de dinamizar as aplicações nos diversos setores econômicos. Os intermediários financeiros, para atuação em segundo piso, serão as instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tais como agências de fomento, bancos, cooperativas de crédito, entre outras, seguindo as boas práticas de risco e de crédito.

A Programação Padrão de aplicação do FNO para 2019 tem montante projetado de R\$9.111,9 milhões, apresentada nas tabelas a seguir, considerando as potencialidades e oportunidades de investimentos identificadas conjuntamente com os órgãos governamentais e as entidades públicas e privadas, bem como a distribuição histórica das aplicações do FNO e o marco regulatório dos fundos constitucionais.

FNO 2019 – PREVISÃO DE APLICAÇÃO POR ESTADO

ESTADO	R\$ Milhões
ACRE	637,84
AMAPÁ	273,36
AMAZONAS	1.731,25
PARÁ	2.733,57
RONDÔNIA	1.731,26
RORAIMA	273,36
TOCANTINS	1.731,26
SUBTOTAL	9.111,90
FIES*	200,00
TOTAL	9.311,90

Fonte: Plano de aplicação de Recursos Financeiros

*Recursos destinados por demanda dos estados

Obs.: Dos recursos totais destinados por estado, R\$2.500,0 milhões poderão ser realocados por demanda para projetos de infraestrutura, conforme prevê a Portaria MI 335/2018.

FNO 2019 - PREVISÃO DE APLICAÇÃO POR PROGRAMA								Em Mil
PROGRAMA	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
FNO – PRONAF¹	55,39	47,52	36,39	311,99	319,39	2,06	158,45	931,19
FNO - Amazônia Sustentável	419,83	1.436,68	143,52	1.765,78	975,79	243,97	1.160,24	6.145,81
Ciência Tecnologia & Inovação ²	1,75	4,75	0,75	7,50	4,75	0,75	4,75	25,00
FNO-ABC/BIO	66,78	35,30	36,07	234,60	177,97	1,86	192,41	744,99
FNO-MPEI³	95,84	211,75	57,38	421,20	258,12	25,47	220,15	1.289,91
PROGRAMAS SUBTOTAL	637,84	1.731,26	273,36	2.733,57	1.731,26	273,36	1.731,26	9.111,90
FNO-FIES	-	-	-	-	-	-	-	200,00
TOTAL								9.311,90

Fonte: Plano de aplicação de Recursos Financeiros

NOTAS: (1) Projeção de demanda efetiva para a agricultura familiar, assegurando-se recursos adicionais, conforme dispõe a Lei nº 9.126/1995, alterado pela Lei nº 12.249/2010. (2) O valor a ser aplicado para Inovação é pautado pela recomendação constante na Lei 10.177/2001, incluído pela Lei nº 13.682/2018. Desse valor há previsão de R\$10,0 milhões para projetos de Investimento em inovação até R\$ 200 mil; R\$ 10 milhões para projetos de investimento em inovação acima de R\$200 mil e; R\$5,0 milhões para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

projetos de Ciência e Tecnologia. (3) Da dotação prevista para o Programa, deverão ser alocados recursos da ordem de R\$100,0 milhões para atender ao público alvo do PNMPO.

MICROFINANÇAS - Programa Microcrédito Produtivo Orientado – AMAZÔNIA FLORESCER

O Amazônia Florescer atua nas áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio à Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), OSCIP responsável pela operacionalização do programa com vista a seleção, treinamento e administração dos Assessores de Negócios. Esses profissionais são responsáveis pelo diálogo estreito com os empreendedores populares (informais) e agricultores familiares no local onde desenvolvem suas atividades, avaliando a utilidade e adequação do crédito; orientando quanto ao seu uso produtivo; estimulando a cultura empreendedora; e evitando o superendividamento do cliente.

A vertente urbana faz parte do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), enquanto a vertente rural atua junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

O Banco vem promovendo capacitações na metodologia de microcrédito produtivo orientado para as equipes do Banco e da Amazoncred e realizando oficinas sobre empreendedorismo e educação financeira com os clientes do programa Amazônia Florescer.

CRÉDITO – COMERCIAL**Saldo da Carteira**

O saldo da carteira de Crédito Comercial no final do exercício de 2018, comparativamente ao exercício de 2017 (R\$1.101,2 milhões), apresentou queda na ordem de -21,3%, encerrando o exercício de 2018 com R\$877,8 milhões. O principal motivo da queda na carteira está relacionado com a liquidação de operações (e não renovação) de grande volume, em consonância com a política interna de pulverização do crédito.

A expectativa para o exercício de 2019 é de crescimento da carteira de crédito comercial, considerando, principalmente, a disponibilização de novos produtos voltados ao público do agronegócio, bem como a utilização de limite prospectivo com empresas (ampliação da base de clientes) e a reorganização da agência São Paulo (agência empresarial) com foco de atuação voltado para empresas ou grupos econômicos de grande porte.

Captação de Mercado

Em mil			
Recurso	2018	2017	Variação (%)
Depósito à Vista	892.977	704.225	26,8
Poupança	574.052	518.266	10,8
Depósitos Interfinanceiros	36.984	22.631	63,4
Depósito a Prazo	2.647.096	2.313.706	14,4
LCA	243.308	440.253	-44,7
Total	4.394.417	3.999.081	9,9

Fonte: Banco da Amazônia/Contabilidade CTB

A captação global do Banco no exercício 2018 (R\$4.394,4 milhões) teve um acréscimo de 9,9%, comparado ao exercício de 2017(R\$3.999,1 milhões), apresentando crescimento nos Depósitos à Vista, à Prazo, Interfinanceiros e na Poupança.

O crescimento foi impulsionado, sobretudo, em razão das estratégias voltadas ao Depósito de Investimento de empresas localizadas na região Norte. Em contrapartida, a redução do recurso de LCA se explica em virtude da revisão de estratégia do produto, com projeção para retomada do crescimento no ano de 2019.

RECEITA DE TARIFAS

Em mil			
Indicador	2018	2017	Variação (%)
Receita de Tarifas	113.330	105.587	7,3

Fonte: Banco da Amazônia/Contabilidade CTB

A Receita de Tarifas no exercício de 2018 apresentou crescimento de 7,3% comparado ao exercício de 2017(R\$105,6 milhões). A elevação das receitas está relacionada com a expansão do crédito e crescimento das vendas de produtos e serviços que agregam receitas ao Banco.

RECEITA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Em mil			
Indicador	2018	2017	Variação (%)
Recuperação	196.797	293.327	-32,9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

Fonte: Banco da Amazônia/Contabilidade CTB

A aplicação no exercício anterior da Lei nº 13.340/2016, que autorizou a renegociação e liquidação das dívidas do crédito rural, fez com que houvesse um incremento atípico da recuperação das operações vinculadas ao FNO em 2017. A redução nas operações recuperadas com crédito do FNO, portanto, justifica o decréscimo de 32,9% da recuperação de Crédito em relação ao ano antecedente.

Destaque, contudo, para o crescimento de 118,7% na recuperação de operações da carteira comercial, encerrando o exercício com valor recuperado de R\$49,0 milhões (R\$22,4 milhões em 2017).

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Banco da Amazônia através de campanhas de incentivo teve um acréscimo de 63,0%, na aplicação de recursos para as Micro e Pequenas empresas, a aplicação em 2018 ficou em torno de R\$446,7 milhões (R\$253,8 milhões em 2017).

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

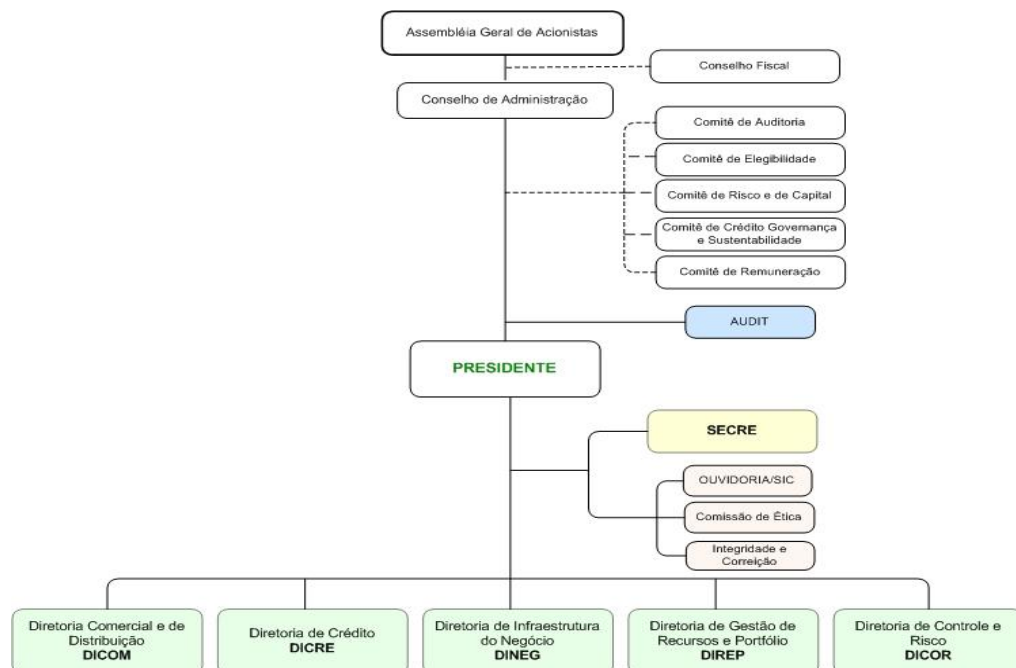
No Brasil, já existem cerca de 7,7 milhões de Microempreendedores Individuais. O Programa FNO-MEI, desde sua criação, tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, ampliando a geração de emprego e renda nas áreas onde o Banco da Amazônia atua. A carteira de crédito MEI total administrada pelo Banco se encontra com um saldo de R\$8,9 milhões. A aplicação em 2018 ficou em torno de R\$4,5 milhões (R\$5,4 milhões em 2017).

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia S/A busca adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, incorporando junto aos seus colaboradores (público interno) a disseminação da boa prática de governança e de seus benefícios para a empresa. Seguindo o principal objetivo da aplicação da prática da Governança, o Banco adota a política de transparência junto ao público alvo que são os acionistas, investidores, público externo e mercado, utilizando-se de todas as ferramentas de comunicação disponíveis, tais como: canais de comunicação (Fale Conosco), procedimentos de controles internos e criação de Comitês; demonstrando, assim, respeito e credibilidade junto à sociedade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No âmbito do Banco da Amazônia, a estrutura de governança está demonstrada no organograma abaixo. Maiores informações acerca dessas estruturas podem ser obtidas no Estatuto Social do Banco e nos Regimentos dos Conselhos e Comitês Superiores.



- ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
- CONSELHO FISCAL
- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- COMITÊS SUPERIORES

- AUDITORIA
- DIRETORIA EXECUTIVA
- SECRETARIA DE GOVERNANÇA
- OUVIDORIA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

- COMISSÃO DE ÉTICA
- COORDENADORIA DE INTEGRIDADE E COREIÇÃO

- COORDENADORIA DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em julho de 2018, o Conselho de Administração, órgão de orientação superior do Banco da Amazônia, passou a ser composto por sete membros em razão da inclusão do membro independente, sendo os demais: dois indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda; um indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353/2010; um representante dos acionistas minoritários, eleito nos termos da Lei nº 6.404/1976; e o Presidente do Banco da Amazônia.

A nomeação do novo conselheiro visou atender ao disposto na Lei nº 13.303/2016, a chamada Lei das Estatais, fortalecendo e consolidando ainda mais as boas práticas de Governança Corporativa. Segundo a Lei, os estatutos das estatais e de suas subsidiárias devem observar as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, bem como as práticas de gestão de riscos e de controle interno.

ESTATUTO SOCIAL

O Banco Central aprovou a reforma estatutária do Banco da Amazônia, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Instituição, realizada em 19 de janeiro de 2018. O documento que já se encontra devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Pará.

O novo Estatuto Social passou por profundas alterações nos quesitos de Governança Corporativa, para contemplar, principalmente, os dispostos na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016 e nas Resoluções da CGPAR.

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em fevereiro de 2018, entrou em vigor o novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia. Este documento foi aprovado pelo Conselho de Administração sendo um instrumento de governança corporativa que disciplina as normas e procedimentos no Banco, relativos às contratações com terceiros destinados à prestação de serviços, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do próprio patrimônio e à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens.

POLÍTICAS

O Banco da Amazônia, demonstrando cada vez mais aderência às normas dos órgãos reguladores e fortalecendo ainda mais suas práticas de Governança Corporativa, atualizou e publicou duas Políticas internas no ano de 2018.

A Política de Divulgação e Uso de Informações Sobre Atos ou Fatos Relevantes, exigida pela ICVM nº 358/02 e suas alterações, foi atualizada, dispondo sobre a comunicação e divulgação de informações sobre Atos ou Fatos Relevantes na Instituição financeira, que envolvam os seus negócios e atividades, decorrentes de decisões de órgãos de administração ou acionista controlador. O seu objetivo é o estabelecer padrões de conduta e transparência no uso, comunicação e divulgação de informações por ex-empregados, empregados, que tenham em virtude de seu cargo e função conhecimentos que possam intervir no mercado.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi aprovada, de acordo com a ICVM 480/90 e Deliberação CVM 642/10, e dispõe sobre as condutas exigidas nas transferências de recursos, serviços ou outras obrigações entre o Banco e suas Partes. O seu objetivo é consolidar o compromisso do Banco com uma gestão responsável e transparente proporcionando conforto e segurança a seus acionistas, investidores e ao mercado em geral.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Conduta Ética aprovado pela Diretoria Executiva em 07/12/2005 foi atualizado em 26/01/2018 por meio de aprovação do Conselho de Administração do Banco da Amazônia. O Código estabelece diretrizes de conduta ética e prescreve os padrões de comportamento profissional, deveres e vedações de acordo com os princípios éticos, morais e de justiça, aplicados a todos que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, prestem serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira ao Banco da Amazônia.

Para efeito deste Código, o Banco define que ser ético é pautar as ações e atividades profissionais em credibilidade, integridade, imparcialidade, profissionalismo, confiança, produtividade, eficácia, conformidade com a lei e respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente.

IG-SEST

No exercício de 2018, o Banco da Amazônia recebeu o conceito 9,27 no segundo ciclo de avaliação, base 4º trimestre/2017, do Indicador de Governança – IG–SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, melhorando sua nota para 9,39 na 3ª Certificação do Indicador de Governança – IG-SEST, divulgada em novembro/2018, permanecendo classificado no Nível 1. No primeiro ciclo, o certificado foi garantido com a nota 7,81 (base 3º trimestre/2017), demonstrando que o Banco vem melhorando cada vez mais suas práticas corporativas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício 2018



O objetivo do IG-SEST é acompanhar o desempenho da qualidade da governança das empresas estatais federais, para fins de mensuração do cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016 e diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, que buscam conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência.

O IG-SEST, composto por três dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretorias, classifica a empresa estatal em quatro Níveis de Governança, sendo quanto menor o nível, melhor sua avaliação.

7. GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco da Amazônia dispõe de Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e da Declaração de Apetite aos Riscos, RAS. Fazem parte da estrutura comitês específicos para gestão de riscos e de capital, compostos pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, e pelo diretor responsável pelo gerenciamento de riscos da instituição, CRO.

O gerenciamento de riscos tem como premissa que todos os riscos relevantes devem ser identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. Esse processo deve fornecer informações que subsidiem a tomada de decisão.

RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito no Banco da Amazônia visa garantir que a aplicação dos recursos próprios e dos recursos administrados em nome de terceiros, seja efetuada de maneira eficiente, para a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos.

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

As regras de negócio referentes às garantias, como elemento mitigador de risco de crédito, estão normatizadas, na ocorrência de inadimplência do tomador do crédito, utilizando-se as garantias como lastro e instrumento de recorrência do saldo inadimplido. Porém, o êxito do empreendimento financiado, a correta aplicação dos recursos e a capacidade de pagamento do mutuário ainda constituem a principal garantia de retorno do capital.

O processo de desenvolvimento, validação e monitoramento dos modelos de riscos está alinhado aos objetivos estratégicos da Organização, às melhores práticas de gestão e governança, em conformidade com leis e regulamentos emanados por órgãos supervisores. O monitoramento de modelos de risco constitui na aplicação de testes, visando continuamente, desafiar, confrontar e questionar os modelos internos de gestão de riscos, considerando as particularidades técnicas de mensuração e gerenciamento de risco.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado representa a possibilidade de perda financeira por oscilação nos valores de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, está relacionado à flutuação dos preços de ativos ou passivos da Instituição. O monitoramento do risco de mercado é realizado através de métodos estatísticos, valor em risco (VaR) e Δ EVE para a carteira não classificada como negociação, análise de sensibilidade e testes de estresse.

O Banco possui procedimentos padronizados e sistematizados para mensurar os riscos de mercado, gerenciar as carteiras de negociação (trading) e não negociação (banking), testes de estresse e aderência do modelo (backtesting), de maneira a otimizar a gestão desses riscos objetivando a melhor relação risco-retorno. Os limites de exposições estão definidos na RAS.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Para análise e monitoramento do risco de liquidez são utilizados: fluxo de liquidez consolidados, índices de disponibilidade de recursos e cenários de estresse de liquidez. O Banco mantém níveis de liquidez adequados e confortáveis aos compromissos assumidos, resultado da qualidade de seus ativos, composto em grande parte por títulos públicos de alta liquidez.

GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O risco operacional está estruturado e fundamentado no modelo das três linhas de defesa, onde cada unidade do Banco tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada dos riscos é realizada por área especializada.

Para que o risco operacional tenha um gerenciamento efetivo, bem como assegurar a realização das funções pelas áreas responsáveis, cada gestor, por ocasião da avaliação dos riscos relacionados às suas atividades, deve decidir quanto ao uso das estratégias de gestão de risco operacional: mitigar, reter, transferir ou recusar o risco em evidência. Qualquer que seja a alternativa utilizada, a decisão deverá ser transparente, consistente com os objetivos do Banco e seu apetite ao risco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018****GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS (GCN)**

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é parte complementar do processo de gestão de riscos, sendo um importante processo para análise de impacto nos negócios e do risco operacional. É um processo que inclui a identificação, classificação e documentação dos processos críticos de negócios da instituição, avaliando os potenciais efeitos da interrupção dos processos, agregando valor necessário para uma administração segura e sustentável.

GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital do Banco da Amazônia tem por finalidade avaliar a necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que a instituição está exposta e a alcançar os seus objetivos estratégicos.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco é norteada pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e seus limites estão dispostos na Declaração de Apetite aos Riscos, RAS.

O gerenciamento de capital atende às recomendações sugeridas pelo Comitê da Basiléia e utiliza como instrumentos de gestão: testes de estresse, plano de capital e plano de contingência de capital, todos aprovados e acompanhados tempestivamente através de relatórios, pelo Comitê de Riscos, CRO, Diretoria e Conselho de Administração.

8. SEGURANÇA CORPORATIVA

No exercício de 2018, o Banco da Amazônia investiu bastante na divulgação e publicação, para o público interno, de conteúdos sobre Segurança da Informação, bem como promoveu palestras e capacitações no âmbito da classificação e segurança da informação. O Banco promoveu investimentos, também, em treinamentos, internos e externos, sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Houve a aquisição de cofres “Inteligentes” para mais 54 (cinquenta e quatro) unidades do Banco da Amazônia, alcançando todo o parque de agências previstas para receber o equipamento. A implantação em todas as unidades será concluída no primeiro semestre de 2019.

Foram atualizados os planos de segurança de todas as agências dentro do prazo legal determinado pela Polícia Federal.

9. CONTROLES INTERNOS

A gestão dos controles internos do Banco da Amazônia é exercida por toda estrutura organizacional e está integrada por meio das Três Linhas de Defesa.

Em 2018 foram avaliados e testados os controles de processos relevantes do Banco, com vistas à mitigação de riscos e aprimoramento dos controles. Neste sentido, foram realizadas Capacitações de Agentes de Controle, alocados nas unidades de primeira linha, com o objetivo de fazer gestão da qualidade de seus processos.

No aspecto do *Compliance*, o Banco vem realizando verificações de conformidade operacional e regulatório para identificar possíveis desvios. Os resultados são consolidados por meio de boletins de circulação interna, tendo impacto direto no Rating de Agências.

Sobre as atividades de monitoramento e certificação, o Banco adota rotinas e procedimentos de acompanhamento dos planos de ação gerados a partir de demanda interna ou externa, a fim de conferir maior segurança e efetividade de seus processos.

10. AUDITORIA INTERNA

A unidade (AUDIT) encontra-se vinculada ao Conselho de Administração e é responsável por fornecer avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles.

Dentre as ações concluídas para o fortalecimento do desempenho e melhoria dos processos de gestão, destacam-se a avaliação da atuação da Central de Serviços de Tecnologia da Informação Banco em relação ao gerenciamento de demandas e relacionamento com o negócio, Gestão da Carteira de Crédito, Gestão de canais, Políticas de crédito e cadastro, Jurídico-Contencioso, Avaliação na Caixa de Previdência Complementar, Gestão de Integridade, Gestão de Produtos e Serviços, Gerenciamento de Compliance, Tesouraria, Folha de Pagamento da Previdência Complementar e Estratégia.

No exercício de 2018, a AUDIT prestou consultoria na revisão da norma interna, que dispõe sobre obrigações e responsabilidades do corpo de empregados do Banco e a forma de apuração das irregularidades.

Também foi iniciado em 2018 o projeto de implantação do Sistema Integrado de Suporte à Auditoria Interna (Auditar), cedido ao Banco da Amazônia S/A pelo Banco Central do Brasil (BCB), que por motivos técnicos, foi reprogramado para 2019.

No exercício de 2018 foram realizadas diversas capacitações e participações em congressos e exposições, bem como ocorreu a reestruturação da unidade, aprovada pelo Conselho de Administração em dez/2017, com um planejamento de implantação do programa de qualidade e melhoria contínua para auditoria interna, com a avaliação das atuais atividades da AUDIT, conforme estabelecido pelo referencial técnico do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018****11. UNIDADES DE ATENDIMENTO**

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação nos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. No final do exercício de 2018, o Banco contava com uma estrutura de rede de atendimento formada por 124 unidades, sendo 120 agências, 1 Posto de Atendimento Bancário (PAB), e 3 Postos de Atendimento Avançado (PAA).

CENTRAIS DE CRÉDITO

No ano de 2018, o Banco implantou mais duas Centrais de Crédito (Central 02 –TO/PAII e Central 03 – AM/RO), portanto, está integralmente com nova estrutura de Centralização de Análise de Crédito, com mais governança dos processos. As Centrais de Crédito promoveram mudanças ao modelo de gestão do processo de crédito, dentre as quais podemos destacar:

- Segregação do crédito e de suas esteiras de análise por tipo de crédito;
- Triagem especializada;
- Acompanhamento de crédito, com atuação em duas frentes de trabalho segregadas por processos;
- Remodelagem da cobrança e reestruturação de operações;
- Esteiras de reestruturação de operações segregadas entre aspecto financeiro e não financeiro;
- Análise e definição de forma colegiada dos aspectos técnicos amparados em risco de crédito;
- Alçadas decisórias colegiadas sob o aspecto negocial, nas Superintendências e Agências, inerentes às operações de crédito amparadas em limite de crédito e reestruturação de operações.

Como forma de controlar a qualidade dos serviços propostos pelas Centrais de Crédito, foi implantada a Coordenadoria de Verificação da Qualidade das Centrais de Crédito e Cadastro, como primeira linha de defesa, em novembro de 2018. Com a implantação da Coordenadoria, iniciou-se o processo de Autoverificação e de Verificação da Qualidade do Crédito nas Centrais Acre e Central 04. A migração das Centrais 01,02 e 03 para o processo de qualidade ocorrerá de forma gradativa no decorrer do primeiro semestre de 2019.

Para o ano de 2019, está prevista a implantação da Central de Cadastro, com objetivo de proporcionar:

- Maior controle e Padronização do processo e da gestão do cadastro;
- Melhoria do índice de conformidade dos cadastros;
- Maior governança nos dados cadastrais que impactam em risco de crédito do cliente;
- Segregação das atividades de registro/atualização de cadastros de maior complexidade das unidades da rede de distribuição;
- Melhoria no atendimento dos clientes do Banco, assim como melhor prestação de serviços bancários a população da região, possibilitando a ampliação da base de clientes do Banco;
- Maior foco na origem e gestão de cadastros;
- Fortalecimento do Front Office;

INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÕES

No exercício de 2018 o Banco da Amazônia realizou o montante de R\$ 9,6 milhões em investimentos (aplicação em ativo imobilizado).

PROJETOS PREVISTOS E REALIZADOS EM 2018			
Projetos	Investimentos		% Execução
	Previstos	Realizados	
Modernização do sistema de segurança	5.254	4.219	80,3
Modernização do serviço de autoatendimento	3.200	2.278	71,2
Reformas de Agências	1.530	1.133	74,03
Reforma no edifício sede	3.920	732	18,67
Substituição de bens depreciados	9.558	692	7,24
Modernização tecnológica	23.996	470	1,96
Outros	454	74	16,32
TOTAL	47.912	9.597	20,03

Os principais projetos de investimentos em 2018 foram:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

- **MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA:** Os investimentos em segurança contribuíram para diminuir os elevados índices de sinistros ocorridos nas agências, através da aquisição de 23 portas giratórias com detecção metais e de 54 cofres de segurança dotados de dispositivos antifurtos e com fechadura de retardo;
- **MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO DE AUTOATENDIMENTO:** Em 2018 foi realizada a aquisição de 35 terminais de autoatendimento, que totalizou montante de R\$ 2,3 milhões. O investimento tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços bancários oferecidos aos clientes pelo canal de autoatendimento, através da substituição de equipamentos obsoletos e depreciados;
- **REFORMA DE AGÊNCIAS:** Os investimentos contribuíram para modernizar a estrutura física de 12 agências em sete unidades da federação, através da contratação e execução de serviços de manutenção gerais, reformas parciais e gerais e a adaptação de instalações dos imóveis onde estão sediadas.

Os projetos de investimentos previstos para 2019 são os seguintes:

Em Mil	
PROJETOS PREVISTOS PARA 2019	
Projetos previstos	Investimentos previstos
Projetos remanescentes de 2018	59.541
Modernização Tecnológica	32.610
Substituição de bens obsoletos/depreciados	13.374
Serviço de Autoatendimento	6.000
Reforma de agencia	2.700
Reforma do edifício sede	2.500
Sistema de segurança	2.357
Novos projetos	4.990
Expansão da Rede de atendimento	2.990
Projeto Escritório aberto	2.000
Outros	210
TOTAL	64.741

A programação inicial de investimentos (aplicação em ativo imobilizado) para 2019 prevê a aplicação do montante de R\$ 64,7 milhões. Do total previsto, 91,97% dos investimentos são continuação de projetos executados em 2018, sendo o projeto de modernização tecnológica o principal investimento para 2019, cuja previsão é aplicar R\$ 32,6 milhões.

Os investimentos na substituição de bens obsoletos, que contemplam projetos que visam à modernização e atualização dos equipamentos, máquinas e bens em geral da instituição, terão prioridade, correspondendo ao segundo maior investimento em 2019.

Também merece destaque a continuidade dos projetos de modernização dos serviços de autoatendimento, os de modernização do sistema de segurança das agências e os projetos de reformas de agências e do edifício sede, cujos investimentos foram iniciados em 2018.

Está previsto o montante de R\$ 4,9 milhões destinado a novos projetos que visam a expansão da rede atendimento, cuja previsão é de instalar 3 (três) novas agências, e a implantação do projeto escritório aberto.

12. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal de última instância para o registro de reclamações, especializado no atendimento a clientes e usuários de produtos e serviços que não obtiveram solução em suas demandas nos canais de atendimento primário da instituição. Esta unidade busca: identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão, atuando inclusive na mediação de conflitos.

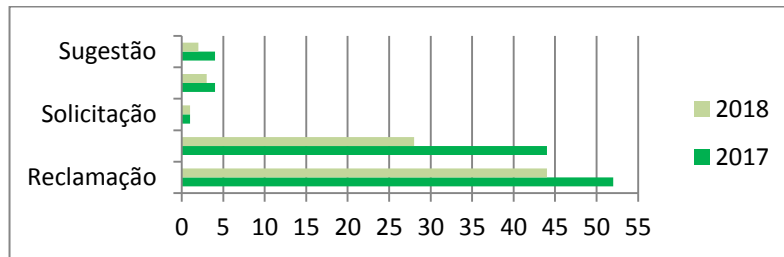
Através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), facilitando o acesso às informações, assim como atende e orienta os cidadãos sobre a referida Lei. Os pedidos de informação podem ser feitos por pessoa física ou jurídica através do e-SIC, sistema centralizador dos pedidos, gerenciado pela Controladoria Geral da União (CGU).

Em 2018 foram recebidas no SIC: 100 demandas, sendo todas respondidas no prazo regulamentar (Em 2017 foram 124 demandas).

Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR) do Banco Central, 70 registros de reclamação, sendo: 19 reguladas procedentes, 20 reguladas improcedentes, 25 não reguladas, 1 não conclusiva, 3 canceladas e 2 em tramitação. (Em 2017 foram 71 registros de reclamação).

No Sistema Ouvidor do Ministério da Fazenda foi recebido 1 registro de demanda respondido no prazo regulamentar (Em 2017 foi recebido um registro de demanda).

O quadro abaixo apresenta a estatística referente aos exercícios de 2017 e de 2018 das demandas registradas na Ouvidoria. Entre as 44 reclamações de 2018, 15 foram qualificadas como procedentes solucionadas e 29 como improcedentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018****13. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)**

Em 2018, o Banco da Amazônia deu andamento no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2018-2021, tendo como missão: entregar soluções sólidas que melhorem a eficiência operacional e promovam a modernização e inovação ao modelo de negócios do Banco da Amazônia.

No período, houve a implantação do modelo de gestão e fiscalização de contratos de TI, com foco na apuração de controles, procedimentos e ocorrências nos referidos contratos, para elevar a qualidade e minimizar riscos.

O PDTI teve diversas ações planejadas para 2018 executadas, as quais se destacam:

- Finalização do edital para credenciamento de empresas STARTUP, FINTECH e AGROTECH;
- Consulta pública para contratação de desenvolvimento de solução integrada de plataforma Agronegócio Digital e de serviços de sensoriamento remoto e análise socioambiental, visando aperfeiçoar o processo de crédito;
- Elaboração de processo para realizar licitação destinada a contratar serviços técnico-administrativos especializados de alimentação de dados dos processos da ÁREA JURÍDICA do Banco, na modalidade de BPO (Business Process Outsourcing).

Também foram implantados os seguintes projetos previstos no PDTI 2018-2021: **CENTRALIZAÇÃO DA AUTOMAÇÃO BANCÁRIA; IMPLANTAÇÃO DO DDA; IMPLANTAÇÃO DA APLICAÇÃO DA CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO; ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUE; FUNDOS – Mudança de Arquitetura; NOVO SISTEMA DE NORMATIVOS - DOCSPIDER; CONSIGNADO INSS ECO - CONSULTA NOS CANAIS DE ATENDIMENTO; IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA PARA O MPO DIGITAL; IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NOS CANAIS REMOTOS; IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA ÁGIL** - para gestão de projetos de TI, permitindo maior velocidade no desenvolvimento de produtos para maior competitividade do Banco no mercado;

No que se refere à infraestrutura, foi realizado um conjunto de melhorias, prevista no PDTI 2018-2021, que mitigam riscos e ao mesmo tempo melhoram a segurança e eficiência operacional do DATACENTER do Banco, como a implantação de diversos projetos, soluções, programas e relatórios, no intuito de agilizar processos, prestação de informações, identificar problemas de desempenho e melhorar controles e segurança de dados.

Houve a aquisição e implantação de 161 novos terminais de caixa, melhorando, assim, a disponibilidade dos serviços e o atendimento dos clientes que se dirigem às agências. No mesmo sentido, houve a aquisição e instalação de 124 novos ATMs dotados de funcionalidade de leitura de cédulas, o que propiciou a implementação da nova funcionalidade de depósito em cédulas nas máquinas de autoatendimento.

Como forma de contenção de custos e consciência socioambiental, houve a redução de 4 milhões de volumes de páginas impressas entre 2017 e 2018, através da adoção de padrão de impressão frente-verso e configuração de impressoras remotas (Emulador - Web Enabler) para geração de arquivos PDF.

14. OUTROS DESTAQUES**Lançamento do Edital de Pesquisa 2018**

Em 2018 o Banco da Amazônia lançou seu Edital Público de Pesquisa, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), cujo objetivo foi selecionar projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada, nas áreas de biotecnologia, etnobotânica, recursos florestais e meio ambiental, agricultura, produção animal, cidades sustentáveis, turismo, energia, dentre outros. O Banco oferece o apoio financeiro para custeio das ações de pesquisas e de transferência tecnológica, fortalecendo, assim, o conhecimento científico na Amazônia.

Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente – Edição 2018

O Banco da Amazônia, novamente no ano de 2018, apoiou o desenvolvimento de ideias inovadoras, através do patrocínio concedido aos Prêmios Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. Através dessa iniciativa o Banco renova, anualmente, seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Atualização da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

No intuito de mitigar os riscos envolvidos no processo de concessão de crédito e, acima de tudo, conduzir os clientes às boas práticas socioambientais na região amazônica, em 2016, o Banco assinou termo de cooperação técnica com o objetivo de customizar e implementar o uso de aplicativo (App) visando à análise e monitoramento de operações de crédito, incluindo o uso de sensoriamento remoto para fiscalização, registro de coordenadas geodésicas (segundo Resolução 4.427 do BACEN) para empreendimentos em análise de financiamento e/ou financiados, além de análise de riscos socioambientais de operações de crédito rural.

O aplicativo entrou em uso em 2017, inicialmente nos estados do Pará e do Acre. Para os demais estados de atuação do Banco a implantação ocorreu em 31/04/2018.

Em 2019, será implementada a próxima etapa do projeto que prevê a análise e monitoramento de operações de crédito por meio de sensoriamento remoto.

PATROCÍNIOS

Os investimentos do Banco da Amazônia na área de Patrocínios destinam-se a contribuir com o atendimento às políticas públicas, compromisso com o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, priorizando a difusão da cultura regional, realizando parceria com os diversos atores sociais dos Estados amazônicos onde o Banco atua. Esta atuação colabora com a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, auxiliando a melhoria da qualidade de vida e acesso à inclusão social e a cultura, além de auxiliar no treinamento de atletas e geração de novos negócios, tornando o Banco uma das empresas que mais investe em patrocínios na Região.

Por meio dos Editais Públicos de Patrocínios, em 2019, o Banco da Amazônia vai patrocinar 112 projetos que abrangem os segmentos social, cultural, esportivo, ambiental e de eventos (feiras, congressos e exposições) dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O valor destinado para patrocinar estes projetos será de R\$ 2,55 milhões.

A Instituição também publicou o resultado do Prêmio Banco da Amazônia de Artes Visuais 2019, o qual selecionou três projetos, e a Chamada Pública da Lei Rouanet 2019, que escolheu onze iniciativas culturais para receberem apoio financeiro do Banco.

15. GESTÃO DE PESSOAS**INGRESSO DE NOVOS COLABORADORES**

Em 2018, o redimensionamento de estruturas bem como frequentes pedidos de desligamentos, ensejaram ações as quais visaram o suprimento das Unidades para recomposição ou composição dos quadros de pessoal. Nesse sentido, várias ações de suprimento foram efetivadas pela área de Gestão de Pessoas do Banco, dentre as quais está a realização de concurso público, cujo resultado final ocorreu em 03.07.2018, o qual contou com mais de 370 candidatos aprovados no certame, distribuídos entre os cargos de Técnico Bancário e Técnico Científico.

PROGRAMA DE MOVIMENTAÇÃO

O Banco da Amazônia possui 124 unidades distribuídas nos estados da Amazônia Legal e nos estados do Maranhão, Mato Grosso e São Paulo, as quais representam e cumprem seu papel institucional em desenvolver a Região.

Nesse cenário, a área de Gestão de Pessoas tem papel fundamental na alocação e adequação do quadro de pessoal das unidades através de ferramentas e estratégias que permitem a movimentação de pessoal como: processo seletivo e Programas de movimentação (BMOV, PME, PMEII) e as análises dos pedidos do empregado.

Através dos programas de Movimentação interna, o Banco ajustou o quadro de diversas unidades bem como atendeu as demandas dos próprios empregados, como ação de reconhecimento e cuidado com seus empregados. Com o Programa de Movimentação foram disponibilizadas mais de 289 vagas nas diversas unidades do Banco.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

O Banco encerrou o exercício de 2018 contando com 3.378 colaboradores (2.971 em 2017), representando um aumento de 13% em relação ao exercício anterior. Do total de colaboradores do Banco, 2.939 são empregados, 303 estagiários e 136 menores aprendizes.

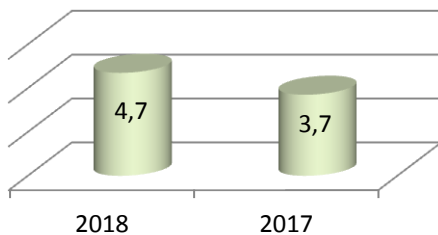
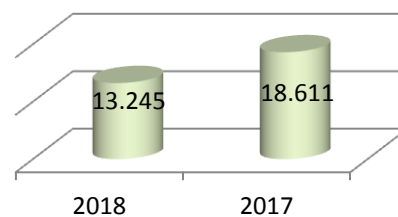
Colaboradores	Quantidade	Grau de Instrução	Quantidade	Percentual
Empregados	2.939	Fundamental	52	1,77
Estagiários	303	Médio	730	24,84
Menores Aprendizes	136	Superior	1.692	57,57
Total	3.378	Esp/MBA	438	14,90
		Mestrado	26	0,88
		Doutorado	1	0,04

TREINAMENTO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Banco objetiva promover ações de aprendizagem, alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais, que proporcionem formações permanentes e de alto impacto. O referido Plano busca criar uma cultura de alto desempenho, estimulando o desenvolvimento das pessoas através da aprendizagem, visando o cumprimento da missão do Banco da Amazônia, ao garantir que os empregados detenham conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem o alcance dos objetivos e metas estratégicas.

No exercício de 2018 foram investidos mais de R\$ 4,6 milhões (R\$3,7 milhões em 2017), com o qual foram oportunizadas 13.245 (18.611 em 2017) participações para os empregados do Banco, em treinamentos de Crédito e Negócios; Auditoria e Controle; Desenvolvimento Pessoal e Administrativo; e Tecnologia da Informação. O Banco também proporcionou ofertas de cursos de língua estrangeira, graduação, pós-graduação e Mestrado.

Investimento em R\$milhões**Nº Empregados Capacitados****CLIMA ORGANIZACIONAL**

O Banco, preocupado com a saúde integral de seus empregados, desenvolveu trabalho de Clima Organizacional, que consiste no deslocamento de psicólogos a unidade do Banco para realizar escuta de cada empregado, com objetivo de diagnóstico do nível de satisfação dos empregados, no que tange a várias perspectivas como: relacionamento interpessoal com equipe e gestão, comunicação, satisfação no trabalho dentre outros.

Este trabalho, com foco preventivo na saúde mental dos empregados, tem sido ampliado nas unidades, até que seja contemplado todo o Banco. Somado a essa ação, quando identifica dificuldade do ponto de vistas das relações, existem trabalhos de intervenção nas unidades, sempre com o propósito de melhoria do ambiente de trabalho e consequentemente da satisfação dos empregados, o que ocasiona melhor resultado em termos de produtividade.

Diversos programas são realizados no intuito de melhorar o clima organizacional, relacionamentos interpessoais, saúde laboral e física, ações voluntárias, dentre outros. Destacam-se:

- Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV);
- Programa de Ginástica Laboral;
- Programa Ver O Peso;
- Cuidando de sua Saúde;
- Semana de Qualidade de Vida;
- Corredores em Ação;
- Valorização da Diversidade;
- Projeto COOPERAÇÃO;
- Programa de Voluntariado;
- Gincana Escolar;
- Campanha Mc Dia Feliz;
- Gincana Do Círio De Nazaré 2018;
- Gincana Natal Solidário 2018;

16. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (CAPAF)

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (CAPAF), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 358, datada de 25 de abril de 2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, prorrogou a intervenção por mais 180 dias a contar de 30 de abril de 2018. A Portaria nº 976, de 16 de outubro de 2018, também da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, prorrogou novamente a intervenção por mais 180 dias a contar de 27 de outubro de 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.

Em 28.11.2018, o órgão Ministerial foi intimado da decisão.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

Considerando que em 06 de fevereiro de 2017 transitou em julgado a ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela Associação dos Aposentados do Banco da Amazônia (AABA), em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD), a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de AÇÃO RESCISÓRIA visando a RESCISÃO DO JULGADO, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e, aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalado por esses argumentos foram iniciadas tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU) visando o ajuizamento da ação, o que foi realizado por aquela AGU junto ao Tribunal Superior do Trabalho, na data de 02 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, o processo teve andamento. A Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a Ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao referido Tribunal. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, em reconsideração, revogou a tutela e determinou a manifestação das partes. Dessa decisão, a União interpôs recurso, ainda não analisado. O Banco ainda não foi intimado.

17. INSTRUMENTO DE DÍVIDA ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão) com remuneração integralmente variável e os juros devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

De acordo com o contrato, o pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Assim, desde 2014 o Banco vem efetuando o pagamento da remuneração dessa captação, conforme metodologia de cálculos que o Banco interpretava da Cláusula Terceira do contrato de mútuo, o que vinha sendo referendado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Em junho de 2017, o Banco recebeu Ofício da STN no qual consta a cobrança da diferença de remuneração do IECP, em razão de ter sido dada nova interpretação a referida cláusula por ocasião da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU).

A princípio, foi instaurado processo de controvérsia na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, tendo a primeira audiência ocorrida em 27.02.2018 e está sendo conduzido pela área jurídica do Banco por se tratar de interpretação de cláusula contratual.

Na referida audiência, restou consignado, entre outras medidas, o seguinte:

- 1) A admissão da mediação pela Advocacia Geral da União (AGU);
- 2) Reabertura de discussão com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) acerca do quantum devido, se houver, e a forma em que o pagamento poderá ser realizado;
- 3) Recálculo da remuneração pelo Banco, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional;
- 4) Nova audiência agendada para o dia 22.03.2018.

No dia 22.03.2018, o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício 2018**

No dia 23.05.2018, foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido elucidada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecidos os valores da diferença a ser paga pelo Banco.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R\$65,5 milhões (R\$52,6 milhões pela remuneração e R\$12,9 milhões pela atualização).

18. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013 por intermédio de processo licitatório, e em 2018 foi vencedora de da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em referência à Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no exercício de 2018, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários
Nota 7 - Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Ativo Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio Líquido
Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes relacionadas
Nota 25 - Benefícios a empregados
Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 28 - Análise de sensibilidade
Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 30 - Outras informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas demonstrações contábeis do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 557/2008 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado de uso (CPC 27).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de Crédito (FNO): De acordo com a Res. Bacen nº 4.512/2016 e Lei nº 10.177/2001, o valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 01.12.1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota nº 13.c).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Notas nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (nota nº 25).

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015 ⁽¹⁾	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 16).

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (nota nº 13.a).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros Ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

q) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	49.231	43.291
Disponibilidade em moeda nacional	45.913	39.945
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.318	3.346
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.163.571	2.201.814
Aplicações no mercado aberto	2.163.571	2.201.814
Total	2.212.802	2.245.105

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações no mercado aberto	2.163.571	2.201.814
Posição Bancada	2.163.571	2.201.814
Letras financeiras do tesouro	289.995	345.799
Letras do tesouro nacional	99.999	150.000
Notas do tesouro nacional	1.773.577	1.706.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	173.981	175.407
Certificados de depósitos interfinanceiros	206.255	207.681
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)
Total	2.337.552	2.377.221
Circulante	2.285.860	2.377.221
Não circulante	51.692	-

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$32.274 (R\$32.274 em 31.12.2017), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no exercício, R\$161.422 (R\$164.569 em 2017) e estão registradas como rendas de TVM.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Títulos e valores mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Carteira própria – livres	11.698.634	9.410.839
Títulos Públicos	9.811.159	7.962.672
Letras Financeiras do Tesouro	8.978.006	6.921.147
Letras do Tesouro Nacional	99.233	92.746
Notas do Tesouro Nacional	544.627	724.960
Certificados Financeiros do Tesouro	189.293	223.819
Títulos Privados	1.887.475	1.448.167
Debêntures	643.257	398.038
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	39.761	40.197
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	40.831	43.065
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	1.080	1.366
Letras Financeiras	1.162.546	965.501
Vinculados a operações compromissadas	100.257	105.360
Títulos Públicos	100.257	105.360
Letras Financeiras do Tesouro	100.257	105.360
Vinculados a prestação de garantias	31.202	29.000
Títulos Públicos	31.202	29.000
Letras Financeiras do Tesouro	31.202	29.000
Total	11.830.093	9.545.199
Circulante	1.228.121	519.520
Não circulante	10.601.972	9.025.679

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 84,0% do total da Carteira (84,8% em 31.12.2017).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$28.633 (R\$26.902 em 31.12.2017) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e R\$2.569 (R\$2.098 em 31.12.2017) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários**a.1) Quanto ao vencimento**

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	-	-	318.278	-	-	318.278
Títulos Públicos	-	-	-	-	318.278	-	-	318.278
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	318.278	-	-	318.278
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	41.911	651.237	216.695	3.203.667	5.326.934	1.348.489	-	10.788.933
Títulos Públicos	-	159.986	49.246	2.579.900	4.838.800	1.273.526	-	8.901.458
Letras Financeiras do Tesouro	-	109.999	-	2.579.900	4.838.800	1.262.488	-	8.791.187

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Letras do Tesouro Nacional	-	49.987	49.246	-	-	-	99.233
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	11.038	11.038
Títulos Privados	41.911	491.251	167.449	623.767	488.134	74.963	1.887.475
Debêntures	-	-	12.709	108.946	488.134	33.468	643.257
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC ⁽²⁾	-	-	9.754	30.007	-	-	39.761
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	40.831	-	-	-	-	-	40.831
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	1.080	-	-	-	-	-	1.080
Outros Títulos Privados - LFs	-	491.251	144.986	484.814	-	41.495	1.162.546
3-Títulos Mantidas até o Vencimento	-	-	-	15	189.293	270.518	722.882
Títulos Públicos	-	-	-	15	189.293	270.518	722.882
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	15	-	270.518	533.589
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	189.293	-	189.293
Total 31.12.2018	41.911	651.237	216.695	3.203.682	5.834.505	1.619.007	11.830.093
Total 31.12.2017	-	87.799	132.581	2.978.242	3.687.792	2.146.906	9.545.199

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão (nota nº 6.a.2).

a.2) Quanto aos ajustes

	31.12.2018			31.12.2017		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	317.959	318.278	319	298.672	299.140	468
Letras Financeiras do Tesouro	317.959	318.278	319	298.672	299.140	468
Disponíveis para venda	10.781.236	10.789.191	7.955	8.467.105	8.489.639	22.534
Letras Financeiras do Tesouro	8.787.768	8.791.186	3.418	6.751.036	6.756.367	5.330
Letras do Tesouro Nacional	98.798	99.233	435	88.575	92.746	4.172
Notas do Tesouro Nacional	10.497	10.940	443	179.449	192.003	12.554
Debêntures	639.598	643.257	3.659	397.560	398.038	478
Cotas Fundos Invest. - FIDC	40.118	40.118	-	40.553	40.553	-
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	40.831	40.831	-	43.065	43.065	-
Cotas Fundos Invest. - FI REF	1.080	1.080	-	1.366	1.366	-
Outros Títulos Privados - LF	1.162.546	1.162.546	-	965.501	965.501	-
Mantidos até o vencimento	713.779	-	-	728.810	-	-
Notas do Tesouro Nacional	524.487	-	-	504.991	-	-
Certificados Fin. do Tesouro	189.293	-	-	223.819	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$15 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$443 em 31.12.2017), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$357 (R\$357 em 31.12.2017) para eventual perda que possa ocorrer devido à intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste positivo de R\$64.548 (ajuste positivo de R\$94.848 em 31.12.2017), **segregados em:**

CFTs: o montante de R\$181.482 (R\$214.584 em 31.12.2017) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valorização de R\$6.078 (valorização de R\$57.708 em 31.12.2017). Quanto às demais CFT's, no montante de R\$7.811 (R\$9.235 em 31.12.2017), pertencentes à carteira própria do Banco, caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$262 (valorização de R\$2.484 em 31.12.2017).

NTNs: caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$58.208 (R\$34.656 em 31.12.2017).

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	31.12.2018	31.12.2017
Desvalorização	(213.333)	(187.726)
Valorização	221.288	210.260
Total	7.955	22.534

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	82.164	161.422	164.569
Títulos de Renda Fixa	369.404	713.963	788.481
Aplicações em Fundos de Investimentos	2.048	3.400	4.015
Lucros com Títulos de Renda Fixa	1.752	3.147	955
Desvalorização de Títulos Livres	-	-	329
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	-	(698)	(191)
Ajuste ao Valor de Mercado	21	(149)	783
Total	455.389	881.085	958.941

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Avencer	Vencidas	Total	Avencer	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	748.181	49.813	797.994	947.143	74.665	1.021.808
Direitos cred. descontados	29.853	1.327	31.180	25.270	1.943	27.213
Financiamentos	1.006.693	41.582	1.048.275	1.007.856	47.382	1.055.238
Financiamentos rurais	1.009.625	45.340	1.054.965	958.262	52.700	1.010.962
Subtotal	2.794.352	138.062	2.932.414	2.938.531	176.690	3.115.221
Outros créditos	-	-	-	79	-	79
Diversos	-	-	-	79	-	79
Subtotal	2.794.352	138.062	2.932.414	2.938.610	176.690	3.115.300
Adiant. s/ contrato câmbio	45.896	2.761	48.657	46.546	5.644	52.190
Total da carteira	2.840.248	140.823	2.981.071	2.985.156	182.334	3.167.490
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(143.702)	(95.715)	(239.417)	(125.978)	(88.578)	(214.556)
(Outros créditos)	-	-	-	(1)	-	(1)
(Câmbio)	(461)	(83)	(544)	(217)	(1.693)	(1.910)
Total das provisões	(144.163)	(95.798)	(239.961)	(126.196)	(90.271)	(216.467)
Total líquido	2.696.085	45.025	2.741.110	2.858.960	92.063	2.951.023

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.12.2018	31.12.2017
Setor Público	66.858	322.690
Administração direta	16.223	31.331
Administração indireta	-	135.215
Atividades empresariais	50.635	156.144
Setor Privado	2.914.213	2.844.800
Rural	1.120.183	1.011.076
Indústria	814.511	637.462
Comércio	490.896	708.824
Pessoas físicas	219.477	230.653
Serviços	267.261	256.730
Intermediários financeiros	1.885	55
Total da carteira	2.981.071	3.167.490

b) Concentração dos principais devedores:

	31.12.2018	% Carteira	31.12.2017	% Carteira
10 maiores devedores	987.613	33,1	1.169.604	36,9
50 maiores devedores	601.071	20,2	698.056	22,1
100 maiores devedores	273.440	9,2	237.759	7,5

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demais devedores	1.118.947	37,5	1.062.071	33,5
Total	2.981.071	100,0	3.167.490	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	acima de 360 dias	Total da carteira
AA	3.414	7.787	3.247	30.700	55.455	155.939	256.542
A	36.529	43.585	23.219	188.707	247.120	499.178	1.038.338
B	16.172	20.365	81.146	105.594	130.780	454.226	808.283
C	11.358	30.549	23.217	24.697	78.920	304.213	472.954
D	1.994	2.342	3.592	4.385	6.351	18.800	37.464
E	8.276	1.936	1.769	5.079	6.302	126.660	150.022
F	365	352	168	448	1.151	4.552	7.036
G	120	835	151	423	4.941	10.795	17.265
H	2.128	821	417	3.237	2.662	43.079	52.344
Total 31.12.2018	80.356	108.572	136.926	363.270	533.682	1.617.442	2.840.248
Total 31.12.2017	1.095.356	387.229	78.582	483.232	613.489	327.268	2.985.156

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	acima de 360 dias	Total da carteira
B	1.052	164	128	350	830	864	3.388
C	4.481	3.996	540	976	2.207	5.110	17.310
D	1.472	2.073	2.171	1.942	2.925	4.477	15.060
E	798	704	530	1.963	1.736	2.954	8.685
F	374	409	428	1.565	1.296	2.370	6.442
G	477	416	454	1.555	1.250	2.600	6.752
H	3.879	5.679	3.340	16.909	25.368	28.011	83.186
Total 31.12.2018	12.533	13.441	7.591	25.260	35.612	46.386	140.823
Total 31.12.2017	29.862	21.293	13.584	56.841	49.882	10.872	182.334

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

31.12.2018	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor privado	240.435	1.038.339	761.036	490.265	52.524	158.708	13.360	24.015	135.531	2.914.213
Rural	79.582	625.009	199.506	114.937	28.261	8.933	7.077	17.671	39.206	1.120.183
Indústria	116.637	62.168	258.630	235.609	1.895	124.796	1.046	21	13.709	814.511
Comércio	11.835	131.292	164.023	84.688	14.152	17.954	2.195	4.471	60.286	490.896
Pessoas físicas	2.598	106.303	36.788	47.278	7.642	6.794	1.745	1.676	8.654	219.477
Serviços	29.783	113.567	100.204	7.753	574	231	1.297	176	13.676	267.261
Intermediários financeiros	-	-	1.885	-	-	-	-	-	-	1.885
Setor público	16.106	-	50.634	-	-	-	118	-	-	66.858
Total da carteira	256.541	1.038.339	811.670	490.265	52.524	158.708	13.478	24.015	135.531	2.981.071
Percentual requerido	-	0,5	1	3	10	30	50	70	100	
Prov.requerida/constituída	-	(5.192)	(8.117)	(14.708)	(5.252)	(47.614)	(6.739)	(16.811)	(135.530)	(239.961)
31.12.2017										
Total da carteira	517.005	1.131.667	1.020.227	136.916	47.054	149.044	17.365	32.710	115.502	3.167.490
Prov. requerida/constituída	-	(5.658)	(10.202)	(4.107)	(4.705)	(44.713)	(8.683)	(22.897)	(115.502)	(216.467)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo no início do período	(216.467)	(202.205)
Provisões constituídas	(138.384)	(220.102)
Valores baixados para prejuízo	114.885	205.791
Reversões	5	49
Saldo no final do período	(239.961)	(216.467)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$1.209.558 (R\$1.132.202 em 31.12.2017).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$49.023 (R\$22.417 em 2017).

g) Receitas de Operações de Crédito

	2º semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Empréstimos	69.960	139.094	198.840
Direitos creditórios descontados	3.857	7.183	8.376
Financiamentos	56.104	134.994	140.616
Financiamentos rurais	44.125	86.362	85.375
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	35.636	49.023	22.417
Total	209.681	416.655	455.624

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	2º semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Renegociadas (*)	302.053	497.626	424.283
Carteira Comercial	14.364	149.751	61.813
Carteira de Fomento	287.689	347.875	362.470
Recuperadas	35.636	49.023	22.417
Carteira Comercial	15.128	23.556	13.164
Carteira de Fomento	14.916	19.096	8.857
Câmbio	72	72	396
Outros - FNO	5.520	6.299	-

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Carteira de câmbio	51.643	53.563
Rendas a receber	78.584	71.665
Diversos	<u>1.307.330</u>	<u>1.360.525</u>
Crédito tributário (nota nº 16.c)	1.219.860	1.237.061
Títulos e créditos a receber	<u>452</u>	<u>23.025</u>
Capaf	107.769	175.741
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(107.769)	(175.741)
Contrato TI	-	21.705
Outros	452	1.319
Remuneração OGU	417	1.284
Diversos	35	35
Devedores por compra de valores e bens	-	79
Devedores por depósito em garantia (nota nº 14.a)	49.470	44.167
Devedores para apuração de responsabilidades	17.702	13.100
(-) Provisão para apuração de responsabilidades	(17.702)	-
Impostos e contribuições a compensar	238	70
Pagamentos a ressarcir	<u>14.848</u>	<u>15.084</u>
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	3.846	1.931
Saque a ressarcir rede compartilhada	970	575
Equalização - STN/FDA	1.719	2.089
Suprimento 24 Horas	5.387	5.012
Rebates	1.839	1.839
Tributos federais recolhidos a compensar	13	1.333
Antecipação de PLR	-	1.186
Outros pagamentos	1.074	1.119
Devedores diversos	21.499	27.082
Adiantamentos para pagamentos	47	25
Adiantamentos e antecipações salariais	916	832
Provisão para outros créditos	<u>(544)</u>	<u>(1.911)</u>
Total	<u>1.437.013</u>	<u>1.483.842</u>

Circulante	405.389	390.063
-------------------	----------------	----------------

Não circulante	1.031.624	1.093.779
-----------------------	------------------	------------------

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R\$107.769 (R\$175.741 em 31.12.2017), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo. No exercício de 2018, após avaliação Jurídico-Contábil, corroborada por decisão da Diretoria Executiva, houve a baixa de R\$67.972 desses ativos, considerando a impossibilidade de recebimento dos créditos adimplidos compulsoriamente pelo Banco.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia (R\$21.705 em 31.12.2017), correspondia ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato "Termo de acordo, composição e ajuste". Em razão da incerteza quanto ao recebimento vinha sendo mantida provisão classificada como passivo contingente. No exercício de 2018, para melhor adequação contábil, essa provisão foi reclassificada para uma conta redutora desse ativo. Após avaliação jurídica do processo de arbitragem do qual participam Banco da Amazônia S.A. e Empresa, foi apontado que o valor do Ativo em questão não mais representa de forma fidedigna a posição do Banco no processo. Por não ser possível mensurá-lo de forma assertiva, o Ativo bem como sua conta retificadora, foram baixados.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$17.702 (R\$13.100 em 31.12.2017), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente. Neste período, para melhor adequação contábil, essa provisão foi reclassificada para conta redutora desses ativos, anteriormente registrada na conta passiva de outras obrigações.

9 Ativo Permanente

	31.12.2018	31.12.2017
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ perdas em invest. p/ inc. fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267
b) Imobilizado de uso		
Imóveis de uso	63.174	62.466
Terrenos	2.664	2.664
Edificações	60.510	59.802
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	191.787	198.924
Móveis e equipamentos em estoque	956	2.894
Imobilizações em curso	17.300	34.064
Instalações, móveis e equipamentos de uso	61.815	63.669
Instalações	8.634	7.797
Móveis e equipamentos de uso	53.181	55.872
Outras	111.716	98.297
Sistema de comunicação	2.850	1.596
Sistema de processamento de dados	99.873	89.665
Sistema de segurança	8.513	6.556
Sistema de transporte	480	480
(-) Depreciações acumuladas	(150.820)	(143.743)
Total	152.170	165.676
c) Intangível ⁽¹⁾		
Software desenvolvido e em desenvolvimento	346.514	299.875
(-) Amortização Acumulada	(152.159)	(125.164)
Total	194.355	174.711
Total permanente	346.792	340.654

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 4534/2016.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2017	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.12.2018
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	165.676	10.832	(1.027)	(23.311)	152.170
Intangível	174.711	47.485	(846)	(26.995)	194.355
Total	340.654	58.317	(1.873)	(50.306)	346.792

	Saldos em 31.12.2016	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.12.2017
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	166.017	22.339	(1.443)	(21.237)	165.676
Intangível	145.456	46.454	(335)	(16.864)	174.711
Total	311.740	68.793	(1.778)	(38.101)	340.654

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Limite para Imobilização	1.235.404	1.256.445
(-) Situação	(152.311)	(254.262)
Margem	1.083.093	1.002.183
Índice de imobilização	6,2%	10,1%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.12.2018	Total em 31.12.2017
À Vista	892.977	-	-	892.977	704.225
Poupança	574.052	-	-	574.052	518.266
Interfinanceiros	11.342	25.642	-	36.984	22.631
A Prazo	1.599.786	409.364	637.946	2.647.096	2.313.706
A prazo	318.884	407.947	635.971	1.362.802	1.277.028
Judiciais com remuneração	72.705	-	-	72.705	68.241
Especiais com remuneração	1.208.197	1.417	1.975	1.211.589	968.437
Sudam ⁽¹⁾	782.352	-	-	782.352	561.682
Finam	423.125	-	-	423.125	395.355
FAT (nota nº 21)	2.339	1.417	1.975	5.731	10.672
Outros	381	-	-	381	728
Total	3.078.157	435.006	637.946	4.151.109	3.558.828

Circulante	3.513.163	3.214.441
Não circulante	637.946	344.387

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registrou o volume de R\$100.024 (R\$105.001 em 31.12.2017), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 6,5% (10,1% em 31.12.2017) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	2º semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas de captações c/ depósitos	(103.437)	(201.761)	(254.027)
A prazo	(39.839)	(78.900)	(114.637)
Poupança	(13.234)	(27.041)	(31.541)
Especiais	(38.887)	(70.662)	(62.985)
Interfinanceiros	(444)	(833)	(2.300)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(6.806)	(15.645)	(33.696)
Judiciais	(2.402)	(4.475)	(4.549)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.825)	(4.204)	(4.319)
Desp. de captações mercado aberto	(3.439)	(6.740)	(13.720)
Carteira própria	(3.439)	(6.740)	(13.720)
Total	(106.876)	(208.500)	(267.747)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$52.158 (R\$53.974 em 31.12.2017), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,9% a.a. (3,6% a.a. em 31.12.2017) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2018			31.12.2017		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	2,1	8,9	29.376	2,2	8,72	33.497
BNDES Industrial	7,0	18,2	243.332	7	18,01	258.915
BNDES Rural	4,3	7,0	234.256	4,4	7,25	174.526
BNDES Comércio	5,0	11,3	93.749	4,5	10,73	85.141
BNDES Serviços	6,8	9,3	13.096	6,8	9,29	14.868
Finep	1,5	9,0	589	1,5	9,71	998
Finame Industrial	2,2	4,8	25.622	2,2	5,5	32.131
Finame Rural	3,1	5,5	68.185	2,7	5,91	78.042
Finame Comércio	4,2	5,6	11.050	3,5	6,19	10.598
Finame Serviços	2,2	3,4	32.074	2,2	4,03	50.410
STN OGU	1,1	2,9	26.999	1,3	1,01	28.186
STN – Securitizada	-	-	-	-	-	214
Total			778.328	-	-	767.526
Circulante			128.123			118.784
Não circulante			650.205			648.742

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota nº 30.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	374	571	857	1.713	6.851	6.647	12.363	29.376
BNDES Industrial	2.382	3.091	1.545	12.218	36.217	35.438	152.441	243.332
BNDES Rural	0	3.090	0	16.039	123.554	74.198	17.375	234.256
BNDES Comércio	1.324	3.547	1.281	11.487	31.780	17.282	27.048	93.749
BNDES Serviços	242	416	208	1.663	4.989	4.951	627	13.096
Finep	7	11	17	34	137	137	246	589
Finame Industrial	569	1.180	1.681	3.192	11.438	6.407	1.155	25.622
Finame Rural	417	2.544	41	8.256	30	0	56.897	68.185
Finame Comércio	171	399	522	1.090	4.020	3.541	1.307	11.050
Finame Serviços	1.456	3.462	4.841	9.756	7.541	4.210	808	32.074
STN OGU	25.858	135	222	214	560	5	5	26.999
Total 31.12.2018	32.800	18.446	11.215	65.662	227.117	152.816	270.272	778.328
Total 31.12.2017	32.540	16.772	12.252	57.219	203.675	138.739	306.329	767.526

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas de Obrigações para empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Tesouro Nacional	(56.292)	(122.723)	(35.985)
BNDES	(21.763)	(39.296)	(34.858)
Finame	(2.025)	(4.210)	(5.012)
Finep	(12)	(27)	(45)
Com banqueiros no exterior	(2.807)	(12.404)	(8.096)
Repasses do exterior	(1)	(1)	(2)
Total	(82.900)	(178.661)	(83.998)

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$26.999 (R\$28.186 em 31.12.2017).

No exercício, foram repassados pelo Tesouro R\$700 (R\$897 em 2017). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No período, foi recolhido ao Tesouro Nacional R\$245 (R\$286 em 2017) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$1.923 (R\$1.698 em 2017).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Cobrança e Arrecadação	1.766	1.946
Câmbio	258	143
Sociais e estatutárias	54.686	23.913
Fiscais e previdenciárias (nota nº 13.a)	48.916	227.664
Fundos financeiro e de desenvolvimento (nota nº 13.b)	6.926.757	5.284.069
Diversas (nota nº 13.c)	2.499.071	2.562.389
Passivos atuariais (nota nº 13.d)	1.077.899	1.003.227
IECP (nota nº 13.e)	1.056.265	1.034.214
Total	11.665.618	10.137.565
Circulante	7.655.133	6.073.341
Não circulante	4.010.485	4.064.224

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2018	31.12.2017
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	12.419	182.112
Impostos e contribuições a recolher	27.304	29.835
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	9.192	15.717
Total	48.916	227.664
Circulante	27.966	30.496
Não circulante	20.950	197.168

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2018	31.12.2017
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	6.618.193	4.971.889
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	203.232	186.640
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	105.252	125.462
Outros	78	78
Total	6.926.756	5.284.069

Circulante	6.735.904	5.108.783
Não circulante	190.853	175.286

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Diversas

	31.12.2018	31.12.2017
Cheques Administrativos	6.485	1.467
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	54.613	70.075
Obrigações por convênios oficiais	5.023	4.012
Obrigações por prestação de serviços	11	11
Provisão para pagamentos a efetuar	83.013	80.658
Provisão para demandas judiciais	937.679	943.339
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota nº 14.f)	123.952	82.347
Ações cíveis (nota nº 14.f)	76.944	67.200
Ações fiscais (nota nº 14.f)	8.886	1.131
Contratos onerosos – Planos Saldados (nota nº 25.b)	692.187	722.081
Plano BD	571.987	593.536
Plano Misto	120.200	128.545
Outras contingências (nota nº 14.f)	35.710	70.580
Provisão para apuração responsabilidades (nota nº 8)	-	13.100
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	-	21.699
Desvalorização de bens	349	349
Ações trabalhistas (Capaf)	35.361	35.432
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.372.989	1.404.829
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.362.520	1.217.927
FDA (nota nº 19)	9.758	9.477
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	706	177.420
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Credores diversos	39.258	57.998
Parcelas de operações de crédito- Securitização	-	23.877
Levantamento de depósitos recursais	7.829	4.537
Demais	31.429	29.584
Total	2.499.071	2.562.389
Circulante	657.808	797.111
Não circulante	1.841.263	1.765.278

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo destas operações, encontra-se registrado na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2018, o montante corresponde a R\$10.974 (R\$195.067 em 31.12.2017). Em 08.02.2018, o Banco recebeu comunicação do Tesouro Nacional, solicitando o envio de arquivos com a movimentação de pagamentos,

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

prorrogações e rebates, iniciando então a conciliação de saldos entre Banco e Tesouro que, finalizada em dezembro, resultou em valor final de R\$161.490, já atualizado pela Selic, correspondente à liquidação de operações, repasse de parcelas pagas por clientes e atualização monetária. O valor foi repassado ao Tesouro em 18.12.2018, que considerou a carteira conciliada e regularizada. Esse movimento gerou redução na conta de coobrigações que passou a conter apenas as operações a vencer, que serão repassados ao Tesouro, tempestivamente, por ocasião do vencimento de cada parcela.

Quanto à provisão de crédito para essas operações, o Banco entendeu como necessário alterar a metodologia, situação no âmbito do alcance do Pronunciamento Técnico - CPC 23, que define mudança na estimativa contábil como “um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou os montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. As alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações”.

Assim, de maneira prospectiva, a partir da regularização da posição do Banco junto ao Tesouro, com base na Res. CMN nº 4.512/2016, o Banco optou por utilizar, para fins de provisionamento, os critérios da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, enquadrando as operações em faixas de rating e, a partir daí, constituindo provisão e reavaliando a posição periodicamente. O risco de subprovisionamento é mínimo, haja vista a provisão ser constituída considerando todo o saldo devedor das operações, e por conseguinte da carteira, ao passo que o valor a ser honrado pelo Banco, tempestivamente, seria relativo a uma parcela anual das operações onde se observarem eventos de inadimplência.

O grupo de 134 operações, adimplente e com saldo devedor de R\$10,9 milhões, no encerramento do exercício 2018, teve provisão constituída na ordem de R\$706 mil já sob nova estimativa. Considerando que tais operações não apresentam registro de inadimplência desde 2001, este não é um cenário com indicação provável de materialização, o que corrobora a assertividade da mudança de estimativa no provisionamento dessa carteira.

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

	Saldos em 31.12.2017	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 31.12.2018
Risco FNO Rural (nota nº 20)	503.419	177.672	(132.200)	548.891
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	714.508	237.088	(137.967)	813.629
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	177.420	29.443	(206.157)	706
FDA (nota nº 19)	9.477	1.090	(809)	9.758
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.404.829	445.293	(477.133)	1.372.989

Provisões p/garantias financeiras prestadas	Saldos em 31.12.2016	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 31.12.2017
Prov. para risco FNO Rural (nota nº 20)	487.277	162.949	(146.807)	503.419
Prov. para risco FNO Ind. (nota nº 20)	559.435	265.080	(110.007)	714.508
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	146.792	30.868	(240)	177.420
Provisão FDA (nota nº 19)	9.769	14.074	(14.366)	9.477
Provisão Fider	5	-	-	5
Total	1.203.278	472.971	(271.420)	1.404.829

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2018	31.12.2017
Fundo de pensão de benefício definido	770.549	712.695
BD Liquidado (nota nº 25)	658.473	612.323
Misto Liquidado (nota nº 25)	24.329	18.010
Assistidos (nota nº 25)	87.747	82.362
Outros	307.350	290.532
Auxílio saúde (nota nº 25)	307.350	290.532
Total	1.077.899	1.003.227
Circulante	120.479	76.734
Não circulante	957.420	926.493

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999, monetizado o montante de R\$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Res.CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo ao pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto à metodologia adotada.

Ocorre que em 26 de junho de 2017 a Secretaria de Tesouro Nacional – STN, por intermédio do Ofício STN nº 89/2017 GERAT, reviu os cálculos e pautado no artigo 16, X parágrafo 2º da Resolução nº 4.192/2013 do Conselho Monetário Nacional e no Acórdão nº 1540/2016 do Tribunal de Contas da União requereu na oportunidade um eventual pagamento da diferença na remuneração do mútuo, fato esse reiterado em 28.07.2017 (Ofício STN 110-2017) e em 29.11.2017 (Ofício SEI STN 18/2017).

Diante do impasse, acerca da remuneração do IECP, o Banco da Amazônia instou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU para dirimir o conflito.

A primeira audiência com a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada no dia 27.02.2018.

Na referida reunião, restou consignado: I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecidos os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R\$65.509 (R\$52.636 pela remuneração e R\$12.873 pela atualização).

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor do contrato é de R\$1.056.265 (R\$1.034.214 em 31.12.2017). O valor registrado no Passivo Circulante – Outras Obrigações, no montante de R\$56.266 (R\$34.215 em 31.12.2017) corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo não Circulante, está registrado o valor de R\$999.999 (idem em 31.12.2017) corresponde ao principal.

14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Depósitos judiciais e recursais

Encontram-se registrados na rubrica “outros créditos” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	50.376	45.073
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(9.938)	(9.938)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota nº 8)	49.470	44.167

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$14.478 (R\$25.278 em 31.12.2017).

e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas judiciais - Prováveis	31.12.2018	31.12.2017
Ações Trabalhistas		
Saldo no início do período	82.347	50.478
Adições	93.143	66.605
Baixa por pagamento	(51.538)	(34.736)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	123.952	82.347
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	67.200	61.187
Adições	50.855	36.944
Baixa por pagamento	(25.429)	(24.273)
Reversão da Provisão	(15.682)	(6.658)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	76.944	67.200
Ações Fiscais		
Saldo no início do período	1.131	1.845
Adições	10.438	1.436
Baixa por pagamento	(507)	(1.011)
Reversão da Provisão	(2.176)	(1.139)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	8.886	1.131
Contratos Onerosos (Planos Saldados)		
Saldo no início do período	722.081	732.363
Atualização monetária	55.581	63.485
Baixa por pagamento	(85.475)	(73.767)
Saldo no final do período (nota nº 25.b)	692.187	722.081
Outras Contingências		
Saldo no início do período	70.580	82.962
Adições	6.008	4.495
Baixa por pagamento	(5.572)	(11.101)
Reversão da Provisão	(35.306)	(5.776)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	35.710	70.580
Total	937.679	943.339

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas/Capaf	Cíveis	Fiscais
Até 5 anos	143.062	39.349	7.700
De 5 anos a 10 anos	8.406	25.582	988
Acima de 10 anos	7.844	12.013	198
Total	159.312	76.944	8.886

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e não requerem provisão.

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Provisões para demandas judiciais - Possíveis	31.12.2018	31.12.2017
Causas Trabalhistas	18.384	22.492
Causas Cíveis ⁽¹⁾	117.183	178.825
Total	135.567	201.317

⁽¹⁾ Composto, substancialmente, por processos que questionam a revisão de contrato quanto à prestação dos encargos financeiros e capital R\$21.340 (R\$33.415 em 31.12.2017), a inexistência de débito R\$32.572 (R\$32.572 em 31.12.2017), pedidos de liberação de parcelas de financiamento R\$ 0 (R\$20.662 em 31.12.2017), observação de leis ambientais na concessão de crédito R\$18.031 (R\$18.031 em 31.12.2017), redução de penhora e cancelamento de hipotecas R\$5.540 (R\$15.892 em 31.12.2017), revisão de valores cominados com danos morais e materiais R\$20.139 (R\$13.161 em 31.12.2017), dação em pagamento R\$5.983 (R\$5.983 em 31.12.2017), anulação e revisão de cláusulas contratuais R\$ 0 (R\$5.274 em 31.12.2017), não inclusão cadastros restritivos R\$4.510 (R\$ 0 em 31.12.2017), substituição de garantias com consignação em pagamento R\$3.856 (R\$ 0 em 31.12.2017).

15 Patrimônio líquido**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.938.608	1.885.309
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	65,39	63,59
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	23,89	25,00

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2017) está representado por 29.645.967 ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2017), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.12.2018	31.12.2017
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.696
De domiciliados no exterior	271	271
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.574.057	96,4	28.604.757	96,5
Adm.direta-Min.da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.454.614	45,4	13.485.314	45,5
FI CAIXA FGEDUC (*)	10.427.301	35,2	10.429.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	3.027.313	10,2	3.056.013	10,3
Demais	1.071.910	3,6	1.041.210	3,5
Total	29.645.967	100	29.645.967	100

(*) Em 31.12.2017 a participação era do BB FGEDUC.

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$21.922 (R\$22.730 em 31.12.2017) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$808 (R\$809 em 31.12.2017), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.12.2018	31.12.2017
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	971.800	903.687
Legal	129.685	124.231
Estatutária	842.115	779.456

e) Lucro por ação

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	109.078	64.507
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	3,67935	2,17593
JCP por ação (R\$)	1,40906	0,62832

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.12.2018	31.12.2017
Ajustes de avaliação patrimonial	(680.619)	(666.613)
Títulos Disponíveis para Venda	4.773	13.520
Ajustes de Avaliação Atuarial	(685.392)	(680.133)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Destinação do lucro líquido

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro Líquido	109.078	64.507
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(5.454)	(3.225)
Saldo após a Reserva Legal	103.624	61.282
Realização da Reserva de Reavaliação	809	809
Base de cálculo para distribuição	104.433	62.091
Juros s/ capital próprio – JCP ^(*)	(41.773)	(18.627)
Reserva Estatutária	(62.660)	(43.464)

(*) Em 31.12.2018 o JCP corresponde a 40% da base de cálculo e em 31.12.2017 correspondeu a 30%.

16 Imposto de renda e contribuição social**a) Provisões constituídas**

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.12.2018		31.12.2017	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	273.959	273.959	398.961	398.961
Participações Estatutárias	(9.232)	(9.232)	(2.365)	(2.365)
Juros sobre capital Próprio	(41.773)	(41.773)	(18.627)	(18.627)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	222.954	222.954	377.969	377.969
Adições líquidas caráter permanente	64.952	64.952	96.584	96.597
Adições líquidas caráter temporário	44.494	44.494	279.113	279.113
Lucro tributável antes compensações	332.400	332.400	753.666	753.679
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	49.860	66.480	113.050	150.736
Adicional de Imposto de Renda (10%)	33.216	-	75.342	-
Incentivos	(3.807)	-	(7.476)	-
Valores devidos	79.269	66.480	180.916	150.736
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(405)	(324)	(172)	(79)
Valores registrados em resultado antes da ativação	78.864	66.156	180.744	150.657
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	29.573	(18.944)	(20.651)	21.339
Valores efetivamente registrados no resultado	108.437	47.212	160.093	171.996
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	48,6	21,2	42,4	45,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2018:

	31.12.2017	Constituição	Realização	31.12.2018
Imposto de Renda		o		
Provisão Trabalhista	117.780	97.821	56.289	159.312
Provisão para Risco de Crédito-	393.698	138.38	114.519	417.563
Banco Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.054.973	442.85	238.602	1.159.225
Auxílio pós-emprego	371.186	476.575	70.745	377.016
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	391.190	110.92	112.272	389.841
Planos Saldados	372.389	335.988	85.474	322.903
Provisão Caixa de	175.740	-	67.971	107.769
Previdência Provisão para Operações SEC I	177.421	29.443	206.158	706
Outras	117.459	61.958	61.466	117.951
Base de Cálculo	3.171.836	893.94	1.013.496	3.052.286
Imposto de Renda Diferido (25%)	792.959	623.48	253.374	763.072
Contribuição Social		7		0
Provisão Trabalhista	117.780	97.821	56.289	159.312
Provisão para Risco de Crédito-	393.698	138.38	114.519	417.563
Banco Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.054.973	442.85	238.602	1.159.225
Auxílio pós-emprego	371.186	476.575	70.745	377.016
Auxílio pós-emprego – Del	391.190	110.92	112.272	389.841
695 Planos Saldados	372.389	335.988	85.474	322.903
Provisão Caixa de	175.740	-	67.971	107.769
Previdência Provisão para Operações SEC I	177.421	29.443	206.158	706
Outras	110.426	61.958	61.466	110.918
Base de Cálculo	3.164.803	893.94	1.013.496	3.045.253
Contribuição Social	444.102	617.53	204.850	456.788
Diferido	1.237.061	641.02	458.224	1.219.860
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		3		

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2018,

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	2019	2020	2021	2022	2023	De 2024 a 2028	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	71.914	66.096	59.875	45.743	28.759	184.401	456.788
Crédito Tributário de C. Social	119.857	110.159	99.792	76.239	47.931	309.094	763.072
Total – Valores Nominais	191.771	176.255	159.667	121.982	76.690	493.495	1.219.860
Taxa média de captação a.a (%)	1,069	1,150	1,243	1,341	1,436	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	179.393	153.265	128.453	90.963	53.405	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$433.894 (R\$368.840 em 31.12.2017). O montante de R\$147.714 (R\$139.877 em 31.12.2017) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	31.12.2018	31.12.2017
Provisão FNO	369.305	297.400
Provisão Auxílio pós emprego	323.225	253.033
Provisão Planos Saldados	369.284	349.692
Outras Provisões	22.921	21.976
Total das Provisões	1.084.735	922.101
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	433.894	368.840

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

17 Desdobramento das contas de resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Administração de fundos e programas	283.046	608.687	568.953
FNO (nota nº 20)	275.807	594.783	560.492
Art. 19 da lei nº 8.167/91	982	1.478	419
Finam (nota nº 18)	4.821	9.362	4.804
Outras - FDA	886	1.824	1.533
Demais rendas	551	1.241	1.705
Outros serviços	15.844	30.068	26.774
Demais rendas	15.844	30.068	26.774
Sub-total	298.890	638.755	595.727
Rendas de tarifas bancárias	60.255	113.330	105.587
Pessoa física	30.460	57.765	58.542
Pessoa jurídica	29.795	55.565	47.045
Total	359.145	752.085	701.314

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Honorários	(1.680)	(3.841)	(3.979)
Benefícios	(36.546)	(69.954)	(68.238)
Encargos sociais	(65.959)	(127.365)	(135.377)
Proventos	(162.159)	(311.320)	(326.211)
Treinamento	(2.320)	(4.034)	(3.658)
Remuneração de estagiários	(2.796)	(5.604)	(5.559)
Total	(271.460)	(522.118)	(543.022)

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Água, energia e gás	(7.181)	(12.827)	(12.131)
Aluguéis	(7.351)	(14.427)	(14.496)
Processamento de dados	(19.040)	(41.768)	(34.554)
Comunicações	(14.374)	(30.834)	(26.638)
Manutenção e conservação de bens	(6.415)	(12.596)	(11.358)
Material	(381)	(871)	(1.154)
Serviços de terceiros	(12.708)	(24.960)	(25.427)
Vigilância e segurança	(14.981)	(28.946)	(27.069)
Serviços do sistema financeiro	(9.882)	(18.603)	(18.160)
Promoções e relações públicas	(5.058)	(7.156)	(8.113)
Propaganda e publicidade	(1.566)	(4.670)	(5.898)
Publicações oficiais	(952)	(1.185)	(2.229)
Serviços técnicos especializados	(7.990)	(14.541)	(18.315)
Transporte	(8.088)	(17.219)	(19.907)
Viagens	(2.190)	(4.817)	(5.537)
Depreciação	(12.442)	(23.311)	(21.237)
Amortização	(14.206)	(26.995)	(16.864)
Demais despesas administrativas	(1.932)	(4.648)	(4.716)
Total	(146.737)	(290.374)	(273.803)

d) Despesas tributárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
ISS	(3.301)	(6.262)	(6.204)
Cofins	(38.308)	(76.183)	(82.991)
PIS/Pasep	(6.225)	(12.380)	(13.486)
Demais tributos	(849)	(5.128)	(6.266)
Total	(48.683)	(99.953)	(108.947)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
<i>Del credere</i> – FNO (nota nº 20)	306.037	603.215	587.061
Demais rendas operacionais	<u>262.121</u>	<u>365.511</u>	<u>334.495</u>
Recup. op. FNO (nota nº 20)	101.131	147.775	269.910
Rendas de <i>Del credere</i> – FDA	2.674	5.749	5.574
Receita variação taxas - FMM	7.469	15.486	21.625
Receita variação taxa câmbio	4.493	9.363	5.889
Recuperação encargos e despesas	13.770	16.171	6.714
Reversão outras prov. Operac. (nota nº 8) (*)	128.673	163.656	20.967
Multas – operações crédito geral	1.141	2.377	2.931
Rendas s/ depósito compulsório	2.749	4.793	-
Demais receitas operacionais	<u>22</u>	<u>141</u>	<u>88</u>
	568.158	968.726	921.556

(*) Montante composto substancialmente por valores referentes à reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas (R\$110.984) e pela reclassificação das rubricas Provisão ativos atuariais - Contrato TI (R\$21.699) e Provisão para apuração de responsabilidades (R\$13.608), conforme detalhado na nota nº 8.

Outras despesas operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Desp. de provisão-FNO (nota nº 20)	(192.308)	(414.760)	(401.126)
Atualiz. Ben. pós-emprego (nota nº 25)	(52.737)	(105.199)	(98.554)
Outras despesas – PET (nota nº 8)	-	(21.699)	-
Atualização Planos Saldados (nota nº 25 b)	(28.636)	(55.581)	(53.132)
Passivos trabalhistas	(67.488)	(92.941)	(66.517)
Desp.pós-emp-assist/a.saúde(nota nº 25 a.2)	(19.978)	(39.935)	(44.576)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(14.494)	(29.443)	(30.628)
Despesas de variação de taxa FMM	(7.167)	(14.812)	(17.445)
Passivos cíveis/sucumbências	(11.816)	(35.801)	(23.239)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(395)	(9.151)	(11.379)
FDA – Provisão	(491)	(960)	(6.750)
Atualiz. operac. SEC I – Lei 9.138/1995	-	-	(6.379)
Despesas de variação taxa câmbio	(11)	(59)	(4.781)
Outras contingências - Fiscais	(122)	(10.438)	(963)
Grade de eventos perdas operacionais (nota nº 8)	(3.364)	(17.880)	(3.002)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(261)	(600)	(1.126)
Variação negativa de índices	-	-	(876)
Dividendos a pagar juros s/ capital	-	(409)	(659)
Provisão ativos atuariais - Capaf	(4.304)	(4.880)	(632)
Outras despesas operacionais - CFT	-	-	(557)
Despesas desconto concedido renegociação	(31)	(608)	(367)
Demais despesas operacionais	(40.824)	(42.142)*	(1.320)
Despesas com TVM	(128)	(159)	(605)
Capaf Atualização PMB	(816)	(1.632)	(946)
Desp. deficiência aplicação exigibilidades	(965)	(965)	-
Total	(446.336)	(900.054)	(775.559)

(*) Deste montante, o valor de R\$40.218 corresponde à atualização monetária de valores repassados ao Tesouro, referentes a operações securitizadas.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Resultado não operacional

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas não operacionais	887	1.516	19.128
Lucros em transações c/ valores e bens	29	35	126
Outras receitas não operacionais	858	1.481	19.002
Reversão outras prov. não operacionais	382	463	313
Ganhos de capital	75	357	371
Rendas de aluguel	8	15	18
JCP / Dividendos recebidos	159	198	663
Outras rendas não operacionais	234	448	18.300
Proventos sobre ativos escriturais (*)	-	-	15.989
Demais	234	448	1.648
Despesas não operacionais	(324)	(568)	(737)
Perdas de capital	(44)	(73)	(12)
Outras Despesas não operacionais	(280)	(495)	(725)
Imobilizações	(264)	(415)	(650)
Diversas	(16)	(80)	(75)
Total	563	948	18.391

(*) Corresponde ao pagamento de proventos sobre ativos escriturais recebido da Companhia São José Holding, em decorrência da incorporação das ações de emissão da CETIP pela B3 - Brasil Bolsa Balcão.

18 Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

Neste exercício, houve a entrada de recursos enviados pelo Ministério da Integração Nacional, decorrente do encontro de contas trimestrais de valores das opções acatadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, em atendimento à Portaria Interministerial nº 93/2018, no valor de R\$3.237 (R\$252.278 em 2017).

No período, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$9.362 (R\$4.804 em 2017).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$15.802 (R\$12.508 em 31.12.2017), com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2018. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

19 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

No exercício, está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$23.198 (R\$20.908 em 31.12.2017) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. No final deste período, o saldo totalizou R\$9.758 (R\$9.477 em 31.12.2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro 2017, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$105.252 (R\$125.462 em 31.12.2017). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20 Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Taxa de administração (nota nº 17.a)	275.807	594.783	560.492
<i>Del credere</i> (nota nº 17.e)	306.037	603.215	587.061
Recuperação de operações (nota nº 17.e)	101.131	147.775	269.910
Remuneração do disponível (nota nº 24)	(193.764)	(364.492)	(362.905)
Provisão (risco compartilhado) (nota nº 17.e)	(192.308)	(414.760)	(401.126)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O patrimônio do FNO, no montante de R\$28.351.372 (R\$25.770.909 em 31.12.2017), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$110.483 (R\$216.284 em 2017) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R\$6.584.761 (R\$4.937.995 em 31.12.2017) é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No exercício, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R\$364.492 (R\$362.905 em 2017).

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R\$1.362.520 (R\$1.217.927 em 31.12.2017) (nota nº 13.c).

No exercício, o Banco procedeu à baixa de R\$270.167 (R\$229.911 em 2017) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

Neste exercício, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$270.111 (R\$232.916 em 2017).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos abaixo quadro da composição dos recursos do FNO:

Composição dos recursos do FNO

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do período	4.971.889	3.123.586
Repasse do Tesouro Nacional	2.493.516	2.319.773
Reembolso	3.672.494	3.313.835
Valores indenizados pelo Banco	270.111	232.916
Remuneração das disponibilidades	364.492	362.905
Desembolso	(3.823.834)	(2.929.454)
indenizada	(136.264)	(239.582)
Despesas com taxa de administração	(590.317)	(624.667)
Despesas com <i>del credere</i>	(603.215)	(587.061)
Outras Despesas	(679)	(362)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	6.618.193	4.971.889

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

	31.12.2018		31.12.2017	
Nível de Risco	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	1.573.663	-	2.681.014	-
A	8.023.459	(20.059)	7.672.830	(19.182)
B	5.287.493	(26.437)	4.771.930	(23.859)
C	2.702.270	(40.532)	1.690.861	(25.363)
D	550.161	(27.508)	742.749	(37.131)
E	517.208	(77.581)	349.165	(52.375)
F	270.172	(67.543)	221.563	(55.391)
G	152.014	(53.205)	255.098	(89.274)
H	2.099.548	(1.049.655)	1.830.988	(915.352)
Total	21.175.988	(1.362.520)	20.216.198	(1.217.927)

21 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R\$5.473 (R\$6.752 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa	31.12.2018		31.12.2017	
		Reembolsos	SalDOS	Reembolsos	SalDOS
Aplicado	TJLP	459	4.199	818	8.972
Proger urbano		459	4.199	818	8.972
Disponível	TMS	101	1.531	208	1.700
Proger urbano		101	1.531	208	1.700
Principal		4.913	-	5.726	-
Proger urbano		4.913	-	5.726	-
Total		5.473	5.730	6.752	10.672

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	607	10,6	1.121	10,6
De 31 a 90 dias	495	8,6	678	6,3
De 91 a 180 dias	685	12,0	1.004	9,4
De 181 a 360 dias	1.248	21,8	1.915	17,9
Mais de 1 ano	2.695	47,0	5.954	55,8
Total	5.730	100,0	10.672	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$4.753 (R\$10.054 em 31.12.2017).

22 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No final deste período, o saldo totalizou R\$203.232 (R\$186.640 em 31.12.2017) (nota nº 13.b).

23 Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Macroinvest Gestão de Recursos Ltda e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.12.2018	31.12.2017
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	85.910	87.393

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	321	88
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	655	39
Fundo Amazônia Mix "2"	33	37
Total	86.919	87.557

Neste período, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos (R\$613 em 2017). Estes valores recuperados em 2017 foram transferidos aos cotistas que receberam por via judicial.

24 Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Honorários (nota nº 17.b)	1.680	3.841	3.979
Diretoria Executiva	1.165	2.726	3.182
Conselho de Administração	152	306	227
Conselho Fiscal	103	218	169
Comitê de Auditoria	260	517	401
Outros - Ajuda de Custo	-	74	-
Remuneração variável Anual	-	415	694
Outros benefícios ⁽¹⁾	33	87	119
Total	1.713	4.343	4.792

⁽¹⁾ Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	31.12.2018	31.12.2017
Diretoria - Honorários	37.738,80	34.311,40
Conselho de Administração	3.857,39	3.426,14
Conselho Fiscal	3.650,84	3.690,82

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais entidades como partes relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas taxa administração(nota nº 17.a)	283.046	608.687	568.953
Receita <i>Del credere</i> do FNO(nota nº 17.e)	306.037	603.215	587.061
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	(193.764)	(364.492)	(362.905)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(192.308)	(414.760)	(401.126)
Desp. contrib. patronal – Capaf (nota nº 25)	(6.847)	(13.069)	(13.449)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf (nota nº 17.e)	(101.350)	(200.715)	(196.262)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 21)	5.730	10.672
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	778.328	767.526
Tesouro Nacional	26.999	28.400
BNDES	613.809	566.947
Finame	136.931	171.181
Finep	589	998
Outras Obrigações	6.926.677	5.283.991
FNO (notas nºs 13 e 20)	6.618.193	4.971.889
FMM (notas nºs 13 e 22)	203.232	186.640
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 19)	105.252	125.462
Total	7.710.735	6.062.189

25 Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 976 de 16 de outubro de 2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 27 de outubro de 2018, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 358, de 25 de abril de 2018.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-Saúde (%)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	8,8	9,2	8,4	8,8	9,2	9,6
Taxa de juros desconto atuarial-real	4,6	5,1	4,2	4,7	5,0	5,5
Projeção de aumentos salariais	4,0	4,0	N/A	N/A	4,0	4,0
Projeção de aumentos dos benefícios	4,0	4,0	4,0	4,0	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	4,0	4,0	-	-	-	-
Taxa de inflação	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Expectativa de retorno ativos do plano	8,8	9,2	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II - Demográficas

	Planos BD e Misto		Assistidos		Auxílio-Saúde	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de rotatividade	0,7%	0,9%	0,7%	0,9%	0,7%	0,9%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **		A. Vindas **		A. Vindas **	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 20%.

** suavizada em 30% em 2018 e em 20% em 2017.

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	Exercício/2018	Exercício/2017
Custo do serviço		
Custo de serviço	-	(394)
Custo de juros líquidos	(46.960)	(54.150)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(46.960)	(54.544)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	-	1.735
Ganhos e Perdas sobre o ativo	43.779	33.791
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(31.559)	(21.220)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	12.220	14.306
Total dos componentes de benefício definido	(34.740)	(40.238)

	Plano Misto	
	Exercício/2018	Exercício/2017
Custo do serviço		
Custo do serviço	(4)	(4)
Custo de juros líquidos	(1.662)	(1.925)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.666)	(1.929)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre as contribuições dos participantes	(5)	-
Ganhos e Perdas sobre o ativo	(1.454)	1.548
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(3.227)	(3.786)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(4.686)	(2.238)
Total dos componentes de benefício definido	(6.352)	(4.167)

	Assistidos pelo Banco	
	Exercício/2018	Exercício/2017

Custo do serviço

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo de juros líquidos	(7.273)	(7.478)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(7.273)	(7.478)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(5.665)	(11.697)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(5.665)	(11.697)
Total dos componentes de benefício definido	(12.938)	(19.175)

Auxílio-saúde		
	Exercício/2018	Exercício/2017
Custo do serviço		
Custo de serviço	(4.685)	(4.273)
Custo de juros líquidos	(27.978)	(32.825)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(32.663)	(37.098)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	4.215	(24.383)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	4.215	(24.383)
Total dos componentes de benefício definido	(28.448)	(61.481)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

Plano BD		
	Exercício/2018	Exercício/2017
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(612.323)	(390.415)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.882	3.101
Provisão para planos de benefício definido	(56.518)	(54.544)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	7.486	14.306
(Passivo)/ativo reconhecido no período	(658.473)	(427.552)
Ajuste Provisão – Ação Rescisória	-	(184.771)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(658.473)	(612.323)

Plano Misto		
	Exercício/2018	Exercício/2017
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(18.010)	(13.880)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	33	37
Provisão para planos de benefício definido	(1.666)	(1.929)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(4.686)	(2.238)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(24.329)	(18.010)

Assistidos pelo Banco		
	Exercício/2018	Exercício/2017
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(82.362)	(71.374)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	7.553	8.187
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)	(7.273)	(7.478)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(5.665)	(11.697)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(87.747)	(82.362)

Auxílio-saúde		
	Exercício/2018	Exercício/2017
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(290.532)	(239.950)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	11.630	10.900
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)	(32.663)	(37.098)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	4.215	(24.384)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(307.350)	(290.532)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano

Custo do serviço corrente

Custo de juros

Remensurações de perdas atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas

Decorrentes de alterações de premissas financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Plano BD	
Exercício/2018	Exercício/2017
(715.874)	(632.919)
48.263	48.058
-	(787)
(66.075)	(87.786)
(39.747)	(42.440)
1.282	34.308
(2.069)	(29.780)
(38.960)	(46.968)
(773.433)	(715.874)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano

Custo de juros/serviço corrente

Remensurações de Perdas atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Plano Misto	
Exercício/2018	Exercício/2017
(68.645)	(60.766)
7.247	8.128
(6.343)	(8.435)
(6.455)	(7.572)
(1.615)	(145)
(787)	(2.354)
(4.053)	(5.073)
(74.196)	(68.645)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano

Custo de juros

Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Assistidos pelo Banco	
Exercício/2018	Exercício/2017
(82.362)	(71.374)
7.553	8.187
(7.273)	(7.479)
(5.665)	(11.696)
(3.035)	(1.438)
-	(5.172)
(2.631)	(5.086)
(87.747)	(82.362)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano

Custo do serviço corrente

Custo de juros

Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Auxílio-saúde	
Exercício/2018	Exercício/2017
(290.532)	(239.950)
11.630	10.900
(4.685)	(4.273)
(27.978)	(32.825)
4.215	(24.384)
34.748	599
(1.721)	(10.082)
(28.812)	(14.901)
(307.350)	(290.532)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

Plano BD		
Tábua biométrica	Taxa de desconto	Parâmetros do
AT-2000 M&F Suavizada em 10%		

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(558.223)	(529.747)	(552.240)	(535.026)	(543.512)
Superávit/(déficit) do plano	(558.223)	(529.747)	(552.240)	(535.026)	(543.512)
Variação na obrigação atuarial	2,7%	(2,5%)	1,6%	(1,6%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,7%	(2,5%)	1,6%	(1,6%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(233.324)	(226.697)	(235.656)	(224.424)	(229.921)
Superávit/(déficit) do plano	(233.324)	(226.697)	(235.656)	(224.424)	(229.921)
Variação na obrigação atuarial	1,5%	(1,4%)	2,5%	(2,4%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,5%	(1,4%)	2,5%	(2,4%)	

Plano Misto					
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 10%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(75.680)	(72.800)	(75.677)	(72.765)	(74.196)
Valor justo dos ativos do plano	25.537	25.537	25.537	25.537	25.537
Superávit/(déficit) do plano	(50.143)	(47.263)	(50.140)	(47.228)	(48.658)
Variação na obrigação atuarial	2,0%	(1,9%)	2,0%	(1,9%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,1%	(2,9%)	3,0%	(2,9%)	

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 10%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(90.818)	(84.904)	(88.900)	(86.624)	(87.747)
Superávit/(déficit) do plano	(90.818)	(84.904)	(88.900)	(86.624)	(87.747)
Variação na obrigação atuarial	3,5%	(3,2%)	1,3%	(1,3%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,5%	(3,2%)	1,3%	(1,3%)	

Auxílio-saúde					
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 10%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(313.194)	(301.874)	(318.459)	(296.935)	(307.350)
Superávit/ (déficit) do plano	(313.194)	(301.874)	(318.459)	(296.935)	(307.350)
Variação na obrigação atuarial	1,9%	(1,8%)	3,6%	(3,4%)	
Variação no superávit/(déficit)					

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(16)	-	(21.865)
Custo de juros líquidos	(57.704)	(2.132)	(7.379)	(28.213)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(57.704)	(2.148)	(7.379)	(50.078)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.997	35	7.856	12.095
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.997	35	7.856	12.095

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	31.12.2018	31.12.2017
Plano BD		
Valor da Obrigação no início do período	612.323	404.295
Atualizações	97.713	269.836
(-) Valores Pagos	(51.563)	(46.165)
Repasse extra	-	(15.643)
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	658.473	612.323
Plano Misto		
Valor da Obrigação no início do período	18.010	-
Repasse extra	-	15.643
Atualizações	6.319	2.367
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	24.329	18.010
Total BD e Misto	682.802	630.333

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	31.12.2018	31.12.2017
Valor da Obrigação no início do período	722.081	732.363
Atualizações - Resultado (nota nº 17.e)	55.581	53.132
Atualizações – PL	-	15.059
(-) Valores Pagos	(85.475)	(78.473)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	692.187	722.081

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Liquidados - BD e Misto	(1.887)	(3.475)	(3.817)
Prev-amazônia	(4.960)	(9.594)	(9.632)
Total (nota nº 24.b)	(6.847)	(13.069)	(13.449)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	31.12.2018	31.12.2017
Saldados	692.187	722.081
Liquidados	682.802	630.333
Assistidos	87.747	82.36
Auxílio-saúde	307.350	290.532

Ações Coletivas**Ação TRT da 16ª Região (MA)**

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

Em 28.11.2018, o órgão Ministerial foi intimado da decisão.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalhado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Em 19.09.2018, foi exarada decisão declarando incompetência do Tribunal Superior do Trabalho para apreciar originariamente a ação rescisória, determinado na oportunidade, a emenda da inicial.

A AGU peticionou a emenda da inicial, em 04.10.2018, pugnando pela competência do Tribunal e requerendo novamente a concessão da tutela de urgência para a suspensão da execução do objeto da ação civil pública nº 000302-75.2011.5.08.0008.

Em 10.10.2018, o processo restou conclusos ao Gabinete do Ministro para nova decisão.

Decisão proferida em declarar a incompetência do TST para apreciar a ação rescisória, tendo a Ministra Relatora encaminhado os autos para o TRT da 8ª Região, tendo sido distribuída ao Relator que deferiu liminar em favor da União.

A referida liminar foi revogada de ofício pelo Juízo, tendo a união interposto recurso à referida decisão, pendente de julgamento.

Embora a União tenha reiterado o pedido de intimação do Banco da Amazônia, ainda não houve despacho ao pedido.

A provisão do plano BD, existente em 31.12.2018, totalizou R\$658.473, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R\$585.468;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R\$73.005;

A composição da provisão referente à ação rescisória, no montante de R\$585.468, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do período R\$543.512;

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 50% dos ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do período R\$41.956.

Composição da provisão existente ao final do período para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (nota nº 25.a.3) – R\$658.473;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (nota nº 25.a.3) – R\$24.329;
- Total da Provisão – R\$682.802.

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no exercício, o montante de R\$55.582 (R\$53.132 em 31.12.2017).

26 Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	31.12.2018	31.12.2017
Menor Salário	2.499,86	2.380,86
Maior Salário	26.195,34	24.947,94
Salário médio	7.838,12	7.597,61

No exercício, foi provisionado a título de PLR aos empregados, o montante de R\$8.726 (R\$1.664 em 2017).

27 Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitiga o risco de liquidez

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de R\$12,136 bilhões, representando 85,4% do portfólio total de R\$14,218 bilhões (R\$10,313 bilhões, 86,4% do portfólio de R\$11,942 bilhões em 31/12/2017). A maioria dos recursos, 65,4% (61,1% em 31/12/2017), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

O Gerenciamento de risco de crédito no Banco da Amazônia visa garantir que a aplicação dos recursos próprios e dos recursos administrados em nome de terceiros, de natureza orçamentária ou não, seja efetuada de maneira eficiente, para a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos. Busca também atuar de forma a se obter razoável certeza de que esses créditos proporcionarão: melhoria da qualidade de crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; a maior transparência do processo creditício; e a eficácia no processo de análise e decisão creditícia.

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. Os empréstimos e financiamentos devem manter relação adequada com o Patrimônio de Referência da Instituição. No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco e do FNO Risco compartilhado distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

Deste modo incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, vista as diretrizes de Basiléia III e da Resolução Bacen nº 4.557/2017, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e backtesting dos modelos.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado para 10 dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B3 – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 31 de dezembro de 2018, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$1,931 milhões e R\$963 mil (R\$3,292 e R\$2,521 milhões em 31/12/2017), consumindo 14,6% e 10,7% do limite de referência, respectivamente (22,5% e 24,5% em 31/12/2017). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, apresentando status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	2.470.933	2.476.926
PR Nível I	2.470.933	2.476.926
Capital Principal	2.470.933	2.476.926
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	18.515.579	17.032.160
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	14.838.555	13.908.336
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	200.629	32.268
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	3.476.396	3.091.556
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	833.201	766.447
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.110.935	1.021.930
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.596.969	1.575.475
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	1.637.732	1.710.478
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.359.998	1.454.996
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,4%	14,5%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,4%	14,5%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,4%	14,5%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Em 31/12/2018, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,63% e em 31.12.2017, corresponde a 9,25%.

28 Análise de sensibilidade

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de MtM Estresado e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, Cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$3,87 em 31/12/2018 (R\$3,31 em 31/12/2017) e a taxa DI de 1 ano no nível de 6,4% a.a (6,9% a.a em 31/12/2017).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$4,84 em 31/12/2018 (R\$4,13 em 31/12/2017), e a taxa DI de 1 ano no nível de 8,0% a.a. (8,6% a.a em 31/12/2017), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$5,81 em 31/12/2018 (R\$4,96 em 31/12/2017) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 9,6% a.a. (10,3% a.a em 31/12/2017), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira de negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		31.12.2018			31.12.2017		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(5)	-	-	(71)	-	-
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	962	82.963	95.388	2.609	23.016	57.949
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	7	(39.095)	(71.136)	-	-	-
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	-	-	(53)	20.629	41.879
Total		964	43.868	24.252	2.485	43.645	99.828

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$43 milhões correspondente ao estresse de 25% sobre o cenário normal de mercado (R\$99 milhões correspondente ao estresse de 50% em 31/12/2017).

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,52% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Demonstração do resultado abrangente

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado líquido do Período	135.290	109.078	64.507
Outros Resultados Abrangentes	(58.922)	(11.759)	(194.545)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(59.657)	(13.229)	(196.015)
Próprios – TVM Ajuste	2.247	(14.579)	27.826
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(61.904)	1.350	(208.783)
Próprios – Planos Saldados	-	-	(15.058)
Realização da Reserva de Reavaliação	735	1.470	1.470
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	21.931	(1.438)	75.094
Sobre a marcação a mercado	(899)	5.832	(11.130)
Sobre a realização da reserva	(331)	(662)	(661)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	30.351	582	104.228
Sobre os Planos Saldados	(7.190)	(7.190)	(17.343)
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	(36.991)	(13.197)	(119.451)
Resultado Abrangente do Período	98.299	95.881	(54.944)

30 Outras informações**a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	10.673.397	10.195.088
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural (nota nº 13.c)	10.974	195.067
Total	10.684.371	10.390.155

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$177.138 (R\$151.408 em 31.12.2017), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

Valeida Neila Pessoa de Souza
Contadora
CRC-PA Reg. 011298/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506

Ed. Evolution - Bairro Umarizal

66055-200 - Belém/PA - Brasil

Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil

Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores do

Banco da Amazônia S.A.

Belém – PA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 31 de dezembro de 2018, valor líquido de passivo de benefício definido no montante de R\$ 682.802 mil (R\$ 630.333 mil em 31 de dezembro de 2017) que, segundo o julgamento de sua Administração, representaria o déficit ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) para reconhecimento. A determinação de parte desse montante correspondente a R\$ 278.580 mil (R\$ 243.123 mil em 31 de dezembro de 2017) levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, analisou a decisão e conjuntamente com a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação rescisória, visando rescindir o julgado. Como resultado dessas tratativas, o Banco procedeu o registro de déficit complementar em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, considerando apenas os assistidos elegíveis anteriormente a Lei Complementar nº 109/2001. Todavia, o Banco não dispõe, nesse momento, de um estudo determinando a origem (custo de serviço passado ou perda atuarial) desse déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado supracitada.

Em razão dessas circunstâncias e considerando ainda a ausência de embasamento em jurisprudência dos Tribunais Superiores para desconstituir a decisão transitada em julgado, não é praticável determinar o provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação rescisória e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefício definido (BD) e Misto, bem como a adequada mensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R\$ 682.802 mil, R\$ 35.360 mil e R\$ 175.950 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 630.333 mil, R\$ 35.432 mil e R\$ 225.204 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R\$ 24.542 mil para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 77.004 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 47.860 mil para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 98.554 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 103.106 mil (R\$ 107.113 mil em 31 de dezembro de 2017).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Desfecho de ações referentes à liquidação dos planos de benefício

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova

prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 27 de outubro de 2018, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.g, 7 e 20, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e das provisões para fazer face ao risco de crédito compartilhado pelo Banco com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 são de R\$ 239.417 mil e de R\$ 1.362.520, respectivamente, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, de forma que a provisão para créditos de liquidação duvidosa represente a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância do saldo das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão necessária para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação avaliamos os controles chave automatizados relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos ratings das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos, também, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Valor de mercado de instrumentos financeiros

O Banco possui o montante de R\$ 11.107.211 mil, apresentado nas demonstrações financeiras, de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas nºs 3.f e 6. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas pode resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação avaliamos os controles chave automatizados do processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a aprovação, classificação, marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores registrados e divulgados. Com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações de toda a carteira. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nºs 3.f e 6, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3.n e 13.c das demonstrações financeiras, o Banco constituiu provisão no valor total de R\$ 245.142 mil para demandas judiciais e/ou administrativas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados em que é provável o desembolso financeiro e o valor pode ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes, de mensuração massificada, são provisionados considerando as causas semelhantes e usuais, cujo valor não seja individualmente relevante segundo parâmetro estatístico. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, considerando a opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes, inclusive para as causas individualmente significativas. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco

envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração e divulgação das Provisões para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos chave do Banco relativos à aprovação do cálculo das provisões e executamos procedimentos que incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, suficiência da provisão, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Obtivemos confirmações externas com advogados contratados pelo Banco, bem como avaliamos os valores envolvidos e probabilidade de perda ou êxito indicada pelos seus assessores jurídicos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Realização de ativos fiscais diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, as demonstrações financeiras do Banco incluem ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 1.219.860 mil, substancialmente oriundos de diferenças temporárias, cuja constituição e realização estão suportadas por estudo técnico que demonstra as estimativas de capacidade de realização futura. Devido ao grau de julgamento envolvido nas definições das premissas utilizadas e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas teriam nas demonstrações financeiras, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analisamos o estudo técnico de realização dos créditos tributários disponibilizado pelo Banco. Adicionalmente, examinamos, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como desfechos de processos judiciais, estimativa da efetivação de perdas e recuperação de operações de créditos, entre outros fatores. Também, efetuamos recálculo matemático dos valores incluídos no estudo técnico que suportam os créditos tributários. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos fiscais diferidos e divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente devido à não conclusão, pela Administração do Banco, dos cálculos do potencial desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas quando do desfecho da ação judicial e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefícios. Consequentemente, exceto quanto à referida limitação de escopo, não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 11 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2019/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXERCÍCIO DE 2018.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e o Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 11 de março de 2019.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Concluída a análise, o Conselho Fiscal opina que, com exceção dos possíveis efeitos decorrentes dos apontamentos relativos à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, mencionados nas Notas Explicativas nºs 13, 17 e 25, os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária (AGO) do Banco da Amazônia S.A.

Brasília(DF), 11 de março de 2019.

ROGÉRIO GABRIEL NOGALHA DE LIMA
Presidente

MÁRCIA RIBEIRO ABREU
Conselheira

PAULO MAUGER
Conselheiro (Suplente)

ANTONIO LEONARDO SILVA LINDOSO
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL - 2º SEMESTRE/2018

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 17 da Resolução CMN nº 3.198/2004 e no parágrafo 2º do artigo 6º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 1º/07/2018 a 31/12/2018.

Ressalvado o escopo de sua atuação e com suporte nas informações recebidas no regular exercício de suas atribuições, o COAUD destaca que o lucro líquido do Banco no semestre decorreu de múltiplos fatores, com especial destaque para a ativação do crédito tributário.

Persiste o regime de Intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF). Em consequência, remanesce a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com significativo impacto no resultado operacional do Banco, pois é o seu patrocinador.

O Banco permanece plenamente enquadrado em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservador em relação aos riscos de liquidez e de mercado, mais bem consolidado com referência ao risco operacional e ao risco de crédito, tendo passado a gerir esses riscos de maneira integrada.

Manteve regular atuação do grupo de trabalho que monitora o fiel atendimento das modificações propostas na norma que orienta a constituição de provisões para operações de liquidação duvidosa (Resolução CMN nº 2.682/2009), para tempestiva e adequada aderência às normas internacionais de contabilidade divulgadas pelo International Financial Reporting Standards (IFRS).

Na busca de resultado operacional condizente com a estrutura e porte da Instituição, conferiu maior grau de implemento na centralização da análise do crédito e melhorias no processo de cadastro. Entretanto, esse resultado é objetivo a ser alcançado a partir do ano em curso.

Não chegaram ao conhecimento do COAUD informações que comprometessem a probidade em relação à administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), a gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.

O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares. Mantém, no endereço eletrônico <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/2013-09-03-20-21-58/comite-de-auditoria>, canal para recebimento de informações acerca do descumprimento de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição.

Implementando seu plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, o COAUD promoveu 24 reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia, ouvidoria, além de sua participação nas reuniões do Conselho e de assembleias de acionistas.

Na interação com as auditorias interna e independente, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados, respectivas conclusões e recomendações. Avaliou a implementação das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização, que vêm sendo cumpridas pela Administração. Identificada necessidade de melhorias, sugeriu ao Conselho a recomendação de aprimoramentos. Revisou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e avaliou o Relatório do Auditor Independente com data-base 31/12/2018.

Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento, e respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD avalia que o sistema de controles internos apresentou-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco da Amazônia; a Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência técnica, objetividade e qualidade; a Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte da Administração.

Conclui também que as demonstrações contábeis do semestre findo em 31/12/2018 e que consolidam o exercício de 2018 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e refletem, com a justificada ressalva dos auditores independentes, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data, razão pela qual recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 11 de março de 2019.

Wagner Ormanes
Membro

Carlito Silvério Ludwig
Coordenador

Clenio Severio Teribele
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2018 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Quanto ao Parecer emitido pela KPMG Auditores independentes, datado de 11 de março de 2019, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução dos itens ressalvados.

Belém (PA), 11 de março de 2019.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2018 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Quanto ao Parecer emitido pela KPMG Auditores independentes, datado de 11 de março de 2019, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução dos itens ressalvados.

Belém (PA), 11 de março de 2019.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor